



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento**

**Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde**

**A FORMAÇÃO PESSOAL DE PSICÓLOGOS/AS E O TRABALHO  
COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

**Maisa Campos Guimarães**

Brasília, abril de 2014.



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento**

**Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde**

**A FORMAÇÃO PESSOAL DE PSICÓLOGOS/AS E O TRABALHO  
COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

Maisa Campos Guimarães

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção de Mestre em Processo de Desenvolvimento Humano e Saúde, área de concentração Desenvolvimento Humano e Educação.

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> REGINA LÚCIA SUCUPIRA PEDROZA**

Brasília, abril de 2014.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1015502.

Guimarães, Maísa Campos .  
G963 f A formação pessoal de psicólogos/as e o trabalho com  
violência doméstica contra a mulher / Maísa Campos  
Guimarães. -- 2014 .  
xi, 128 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,  
Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia  
Escolar e do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação  
em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, 2014.

Inclui bibliografia.

Orientação: Regina Lúcia Sucupira Pedroza.

1. Violência contra as mulheres. 2. Formação profissional.  
3. Psicólogos. I. Pedroza, Regina Lúcia Sucupira.  
II. Título.

CDU 301.162.2-055.2

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA**

**EXAMINADORA:**

---

Profa. Dra. Regina Lúcia Sucupira Pedroza - Presidente

Universidade de Brasília/UnB

---

Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino – Membro

Universidade de Brasília/UnB

---

Profa. Dra. Lia Zanotta Machado - Membro

Universidade de Brasília/UnB

---

Profa. Dra. Tatiana Lionço - Suplente

Centro Universitário de Brasília/UNICEUB

Brasília, abril de 2014.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo de todo o mestrado, sempre ansiei em escrever estes agradecimentos. Isso porque sempre sinto que tenho muito a agradecer por muito receber em tantas experiências de cuidado, de aprendizagem e de amadurecimento. A todos que me inspiram essa sincera gratidão e àqueles que desejo agradecer nominalmente:

Aos meus pais, que mesmo longe estão sempre intensamente presentes em minha vida me apoiando, me incentivando e me fazendo ver que a vida realmente vale a pena quando a vivemos com amor, responsabilidade e companheirismo. Eles, que de uma forma tão especial, têm me ensinado a construir o meu caminho profissional e pessoal com seriedade, ética e respeito.

À minha mãe, que merece um agradecimento a parte, por me mostrar com seus exemplos como exercer a psicologia com amor, humildade e comprometimento. Ela, que é uma psicóloga incrível e que teve um papel fundamental nesse processo do mestrado, ouvindo minhas angústias e reflexões, me estimulando a seguir em frente e acreditando sempre no potencial deste trabalho. Obrigada ainda pelas leituras atentas à minha escrita, pelas sugestões dadas e pelas horas dedicadas a me ajudar com as transcrições.

Ao meu namorado Gregório, que me mostrou o quanto o amor pode ser bonito e o quanto a vida compartilhada é mais feliz! Obrigada, meu amor, por ter estado ao meu lado todo esse tempo, por ter entendido minhas sobrecargas, por ter respeitado meus momentos, por ter me dado forças para continuar sempre e por ter trazido para a minha vida mais leveza, mais alegria e mais desejo! Obrigada ainda por todas as conversas filosóficas, epistemológicas, psicológicas que me instigaram a novos estudos, olhares, reflexões éticas e possibilidades a esse processo de construção de conhecimento! Aos seus pais, Renata e Élio, obrigada pelo acolhimento e cuidado de sempre!

Aos meus irmãos, Leninho e Marcel, que dão um sentido tão especial ao sentimento de família e de cumplicidade à minha vida. Além disso, são eles que por diversas vezes me lembram do quanto eu sou utópica e com isso me fazem (re)pensar o quanto é isso mesmo que eu quero ser. Obrigada, irmãos, por essa acusação que a mim soa como um reconhecimento e elogio.

À Naiara, companheira de trabalho, amiga e vizinha que em momentos muito importantes esteve ao meu lado compartilhando angústias, alimentando esperanças, produzindo cuidado e construindo comigo novas sentidos à vida, ao mundo, ao trabalho e a nós mesmas.

Aos meus amigos/as e colegas da equipe do NFAVD, pelo apoio e carinho que sempre recebi, ainda mais nesses últimos momentos, obrigada por me compreenderem, me fortalecerem e me ajudarem a continuar acreditando!

Às minhas queridas amigas, Lica, Lu, Mah, Ju e Pri, pelos encontros cheios de carinho, de risadas e de conversas tão atravessadas e únicas! A todas as experiências que vivemos juntas no processo de “tornar-se psicóloga” e a tanta outras que compartilhamos hoje sobre nossas vidas pessoais e profissionais!

À Regina, por ter aceitado me orientar e por ter se animado tanto com meu projeto! Muito mais que uma orientadora, é uma amiga que está em minha vida desde o início da graduação em Psicologia ajudando no meu processo de desenvolvimento e contribuindo para minha formação crítica e comprometida com as transformações sociais!

À Lucia, pela participação na banca e por toda caminhada que pudemos construir juntas nesse tempo tão aiônico! Obrigada por reaproximar a Psicologia da Filosofia, por despertar meu interesse epistemológico e por dividir comigo o espaço de sala de aula me mostrando como a experiência docente pode ser linda na sua singularidade e alteridade!

À Lia Machado, por ter aceitado participar da banca e por me instigar sempre, com seus textos e falas, a olhar para além da superfície e das ambiguidades dos fenômenos de violências contra as mulheres.

Aos/às colegas desse mestrado, que conseguiram nomeá-lo por Mestrado Funny e, ainda melhor, conseguiram, de fato, vivenciá-lo assim! Obrigada pela diversão e carinho mesmo nos momentos mais difíceis dessa caminhada acadêmica.

Por fim, aos psicólogos e psicólogas que aceitaram participar dessa pesquisa: obrigada por tamanha disponibilidade de fala e escuta e por compartilharem comigo suas angústias acreditando na potência das trocas de experiência, de afeto e de cuidado!

Escrevia no espaço.  
Hoje, gravo no tempo,  
na pele, na palma, na pétala,  
luz do momento.  
São na dúvida que separa  
o silêncio de quem grita  
do escândalo que cala  
no tempo, distância, praça,  
que a pausa, asa, leva  
para ir do percalço ao espasmo.

Eis a voz, eis o deus, eis a fala,  
eis que a luz se acendeu na casa  
e não cabe mais na sala.

*Sinfonia para pressa e presságio*  
Paulo Leminski, São Paulo: Brasiliense, 1991.

## RESUMO

Este trabalho discute sobre violência doméstica contra a mulher e o trabalho da Psicologia, com foco na práxis e na formação pessoal de psicólogos/as. A pesquisa fundamenta-se a partir de compreensões sócio-históricas e psicanalíticas sobre violência, gênero, Psicologia e o desenvolvimento humano. Buscamos construir reflexões que perpassem questões éticas, políticas e sociais da práxis psicológica. Nosso objetivo foi fazer uma análise das práticas profissionais de psicólogos/as que atuam com situações de violência doméstica contra a mulher e refletir sobre a formação pessoal e profissional do/a psicólogo/a. A pesquisa foi desenvolvida com oito psicólogos/as que trabalham no Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência (SERAV) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Pressupostos metodológicos de caráter qualitativo orientaram esta pesquisa participante inspirada no método do Grupo Balint. Foram realizados cinco encontro em grupo que propiciaram espaços de fala e escuta sobre angústias profissionais e pessoais relacionadas a esse trabalho. Os/as participantes apresentaram diversas angústias e discutiram as que mais os mobilizavam. Destas, destacaram-se: o cuidado com o profissional; formas de lidar com os sentimentos gerados pelo trabalho com violência; as influências desse trabalho nas dimensões pessoais; e as repercussões das questões de gênero em suas vivências. Identificamos a importância de espaços na prática profissional de psicólogos/as para formação pessoal. Defendemos que o Grupo Balint é um espaço possível para essa formação por pensar nessa práxis e por conseguir acolher as ambiguidades próprias do trabalho com violência doméstica contra a mulher. Acreditamos assim na contribuição dessa pesquisa para a prática e a formação de psicólogos/as no trabalho com violência.

**Palavras-chaves:** violência doméstica contra a mulher, psicologia, formação pessoal e profissional.



## ABSTRACT

This paper discusses domestic violence against women and the work of psychology, with a focus on the praxis and personal forming of psychologists. The research is based from socio-historical and psychoanalytic understandings about violence, gender, psychology and human development. We seek to build reflections that pervade ethical, political and social issues of psychological praxis. Our goal was to analyze the professional practices of psychologists working with situations of domestic violence against women and reflect about the personal and professional forming of psychologists. The research was conducted with eight psychologists working in the *Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência* (SERAV) of the *Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios* (TJDFT). Qualitative methodological assumptions guided this participatory research inspired by the Balint Group method. Five meetings were conducted in group, providing opportunities for speaking and listening on professional and personal anxieties related to this work. The participants presented various anxieties and discussed the ones that most mobilized them. Of these, stood out: the care with the professional; ways of dealing with the feelings generated by working with violence; the influences that work in personal dimensions; and the impact of gender on their experiences. We identified the importance of spaces in the professional practice of psychologists for personal forming. We argue that the Balint Group is a potential space for such formation, for thinking this praxis and for sheltering the ambiguities of the work with domestic violence against women. So we believe in the contribution of this research for practice and forming of psychologists in working with violence.

**Keywords:** Domestic violence against women, psychology, personal and professional forming.

## SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO .....	12
II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	15
1. VIOLÊNCIA, GÊNERO E AS MULHERES EM NOSSA SOCIEDADE .....	18
1.1 Violências: problematizações ético-político-filosóficas.....	18
1.2 Dimensões sociais, históricas e culturais da violência. ....	21
1.3 Compreendendo gênero e sua relação com a violência contra a mulher.....	22
1.4 A violência contra a mulher e suas terminologias e legislações.....	26
2. A PSICOLOGIA E O TRABALHO COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.....	30
2.1 Multidisciplinaridade, Psicologia e as intervenções em situações de violência doméstica contra a mulher.....	31
2.2 Repensando a prática do/a psicólogo/a a partir dos desafios e angústias do trabalho com violência doméstica contra a mulher. ....	35
2.3 A formação pessoal e profissional do/a psicólogo/a. ....	43
III OBJETIVOS .....	49
IV METODOLOGIA .....	50
4.1 Pressupostos Metodológicos .....	50
4.2 O método a partir da técnica do Grupo Balint: compreensões teóricas e procedimentos práticos .....	51
4.3 A pesquisa: contextos e participantes.....	55
4.4 Instrumentos e Análise de Resultados.....	55
V RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	57
5.1 A formação do grupo e a prática da técnica de Grupo Balint .....	57
5.2 As angústias trazidas e as escolhas do grupo .....	59
5.3 As questões mais relevantes discutidas no grupo.....	62
5.3.1 (Re)elaborações sobre o cuidado.....	62
5.3.2 O trabalho com violência: entre angústias, sofrimentos e anestésias. ....	64
5.3.3 As repercussões pessoais do trabalho com violência doméstica contra a mulher. ....	69

5.3.4 Questões de gênero: do profissional ao pessoal .....	72
5.4 Espaços de formação pessoal de psicólogos/as .....	74
VI CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	76
VII REFERÊNCIAS .....	78
ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas .....	87
ANEXO B -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	89

## I INTRODUÇÃO

Refletir sobre a formação pessoal do/a profissional de Psicologia para o trabalho com violência doméstica contra a mulher indica uma diversidade de questões e desafios para mim, seja como pesquisadora, psicóloga, pessoa, mulher, feminista e/ou trabalhadora na rede de enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Como pesquisadora, evidencio o quanto a escolha de um campo de estudo se situa no subjetivo, entre angústias e desejos. Angústias pelos desafios, desejos pela produção de conhecimento, ou vice e versa. Como psicóloga, instigo o quanto estamos acostumados a pensar e trabalhar angústias e desejos do outro, mas pouco falar de nossas próprias questões. E por mais que a Ciência já reconheça novos paradigmas epistemológicos, entendo que a pesquisa em Psicologia ainda vacila em situar-se a partir do subjetivo em sua própria produção de conhecimento.

E se falamos em formação, logo associamos com o aspecto profissional e seus conhecimentos técnicos, teóricos e objetivos. Não que estes tenham menor importância, mas qual o espaço do subjetivo e do pessoal? Se como psicólogos/as, já reconhecemos que é impossível dissociá-los, porque tão pouco se fala de uma formação também pessoal ao profissional? Estas são algumas das inquietações presentes na escolha e desenvolvimento desta pesquisa.

Para esta pesquisa, o espaço da formação pessoal do/a psicólogo/a se direciona ao trabalho no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Especificadamente, a atuação psicossocial com mulheres vítimas de violência doméstica e com os autores dessas violências. Autores que podem ser homens ou mulheres, mas referidos aqui no masculino pelas evidências históricas e sociais de que são os homens os principais autores dessas violências.

Pesquisar sobre violência contra a mulher, traz a tona, claro, minha subjetividade do ser mulher. Ser mulher nesta sociedade que historicamente se estrutura em pilares de desigualdades entre homens e mulheres e que cotidianamente constrói e atribui vulnerabilidades a sujeitos em decorrência de suas feminilidades. Diante disso, é que, provavelmente, precisei agregar ao meu ser mulher um devir feminista. Um devir feminista que luta pela igualdade de direitos do escolher, agir e desejar, independente de corpos e mentes masculinos ou femininos. Um devir feminista que acredita e busca construir um mundo mais justo, mais respeitoso e mais acolhedor a todos e todas.

É a partir do diálogo entre a psicologia e o feminismo que fundamento o meu trabalho como psicóloga em um dos programas do Distrito Federal inseridos na rede de enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher. O programa, intitulado NAFABVD (Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica), existe há dez anos e hoje está

inserido na Secretaria de Estado da Mulher (SEM -GDF). Há três anos e meio, atuo no NFAVD realizando acompanhamento psicossocial dos envolvidos, homens e/ou mulheres, em situações de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Minha atuação profissional é pautada na compreensão da violência contra as mulheres como uma violação de direitos humanos, relacionada a uma complexidade de fatores, como as desigualdades de gênero, a cultura patriarcal, o contexto sócio-político, as percepções históricas sobre a questão, a história pessoal, as subjetividades e o desenvolvimento de recursos de personalidade de cada sujeito.

Esse tema de pesquisa surge, assim, a partir das minhas experiências, angústias e reflexões como psicóloga, estudiosa, profissional, pessoa, mulher, feminista, utópica. Consciente de que todas essas facetas estão interconectadas, compreendo essa pesquisa como uma possibilidade de construir reflexões teóricas, epistemológicas e éticas acerca da violência doméstica contra a mulher e do desenvolvimento humano dos/as profissionais que trabalham e estudam nessa área.

Acredito ainda no potencial desta pesquisa em contribuir para a construção de conhecimento sobre a violência doméstica contra a mulher, temática de grande relevância social e científica dada a gravidade da situação na realidade brasileira. Para além de uma compreensão mais ampla desse fenômeno, pretendemos com este trabalho problematizar possibilidades e compromissos para as intervenções técnicas com fins a superação da violência e a transformação social.

Nesta dissertação, procuramos abordar os conhecimentos teóricos e técnicos sempre conectados a um prisma político e ético por entendermos que estas são dimensões inerentes a qualquer processo de construção de conhecimento e de prática profissional. Buscamos estabelecer um diálogo entre perspectivas sócio-históricas, psicanalíticas e complexas para discutirmos sobre violência, gênero, psicologia e desenvolvimento humano.

O capítulo de fundamentação teórica se inicia apresentando as bases epistemológicas desta pesquisa e, em seguida, se divide em duas partes. Na primeira, desenvolvemos uma discussão política, social, filosófica e ética sobre violência e, mais especificamente, sobre violência doméstica contra a mulher. Uma discussão sobre o conceito de gênero possibilitou uma maior apreensão teórica desse fenômeno, à medida que percebemos que as questões de gênero estão imbricadas nessas violências cometidas contra as mulheres e precisam, assim, ser consideradas nas intervenções políticas e técnicas sobre o assunto.

Na segunda parte, problematizamos tais intervenções a partir de uma lógica multidisciplinar enfocando as contribuições da Psicologia, enquanto ciência e profissão, para o trabalho de enfrentamento a situações de violência doméstica contra a mulher. A partir de desafios e angústias identificados nessas intervenções, repensamos a prática do/a psicólogo/a nos debruçando ainda sobre sua formação pessoal e profissional.

A seguir, explicitamos os objetivos que norteiam esta pesquisa. Como objetivo geral, fazer uma análise das práticas profissionais de psicólogos/as que atuam no atendimento a pessoas envolvidas em situações de violência doméstica contra a mulher a fim de refletir sobre a formação pessoal e profissional do/a psicólogo/a. Nossos objetivos específicos, por sua vez, são: propiciar um espaço de fala e escuta aos/às profissionais de Psicologia que atuam no Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência (SERAV) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e refletir sobre a formação do/a psicólogo/a a partir de sua práxis profissional.

No quarto capítulo, traçamos o percurso metodológico deste estudo destacando as contribuições da técnica do Grupo Balint para o desenvolvimento de uma pesquisa que se propõe a estabelecer espaços de fala e escuta acerca das angústias da prática profissional e de suas repercussões entre o profissional e o pessoal. Definimos, nesta parte, os procedimentos para a pesquisa e para análise dos resultados, bem como apresentamos o contexto e os participantes da mesma.

O quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa e as discussões desses em diálogo com a fundamentação teórica deste trabalho. Por fim, apresentamos as considerações finais no sexto capítulo a partir da nossa compreensão da importância de espaços de formação pessoal para psicólogos/as que trabalham com situações de violência doméstica contra a mulher.

## II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proposta de pesquisar um determinado tema exige antes do pesquisador a reflexão sobre a própria produção de conhecimento. Pensamos que não é apenas uma reflexão epistemológica de qual paradigma fundamentar a pesquisa, mas uma reflexão ética sobre que tipo de ciência produzir, com que tipo de sociedade se comprometer e a partir de que psicologia olhar e compreender o ser humano.

O/a psicólogo/a precisa, assim, estar atento/a às dimensões éticas de sua prática. Nesse sentido, Figueiredo (2008) nos alerta para a necessidade de

introduzir nas nossas considerações algo que via de regra escapa à formação convencional do psicólogo; trata-se de introduzir no campo das nossas cogitações uma discussão histórica, sociológica e filosófica acerca do mundo em que vivemos, das formas dominantes de existir neste mundo e de como as psicologias contemporâneas são modos de tomar partido em relação aos problemas da contemporaneidade. (p. 30)

Nesse sentido, é que um dos pressupostos teóricos que fundamenta esta pesquisa é a compreensão materialista-dialética, por entender que ela amplia a compreensão científica ao superar idealismos, reducionismos e tendências de universalizar e solidificar verdades. Marx e Engels (1932/2006) compreendem a produção de conhecimento como determinada, e também determinante, da realidade concreta de cada sujeito em condições construídas histórica e socialmente. Para eles, a própria consciência é vista como produto social das relações dialéticas entre sujeitos.

A perspectiva marxista contribui para a compreensão das dimensões sociais e históricas dos fenômenos humanos, das contradições como parte dos processos de construção e da percepção do quanto o desenvolvimento do ser humano se interconecta com suas realidades históricas, concretas e sociais.

A partir dessas concepções de Marx e de outros estudiosos de base marxista na Psicologia, como Vigotski<sup>1</sup> e Wallon, defendemos uma produção científica que analisa processos, e não objetos; que busca explicações e compreensões das relações dinâmico-causais dos fenômenos, e não simples descrições dos mesmos; e que estrutura-se por uma leitura histórica e social dos processos de mudança (Vigotski, 1931/1983).

Esta postura epistemológica vai ao encontro também das questões propostas por Edgar Morin em relação a visões de mundo e de produção do conhecimento. Ele defende que a compreensão da complexidade como intrínseca ao fenômeno humano conecta a teoria à metodologia, à epistemologia e a própria ontologia. Logo, sua Teoria da Complexidade fundamenta uma epistemologia que não busca verdades universais, únicas e atemporais e que se dedica a confrontar as

---

<sup>1</sup> O nome Vigotski tem sido escrito em diferentes grafias. Neste trabalho optamos pela seguinte grafia: Vigotski. Ressaltamos, porém, que serão mantidas nas referências as grafias utilizadas por cada publicação.

incertezas consideradas mais relevantes, no sentido de fazê-las dialogar e se corrigir, sem esperar, porém, limitá-las a uma resolução final, única e ideológica (Morin, 2007).

Esse esforço teórico, como destaca o autor, sustenta uma relação entre o sujeito pesquisador e seu objeto de conhecimento “ao trazer consubstancialmente um princípio de incerteza e de auto-referência, ele traz em si um princípio auto-crítico e auto-reflexivo; através destes dois traços, ele já traz em si mesmo sua própria potencialidade epistemológica” (Morin, 2007, p. 45).

Diferentes teóricos (Loureiro e Viegas, 2012; Reis, 2011; Rodrigues, 2002) estabelecem diálogos entre as concepções de Marx e de Morin, sendo que o próprio Morin reconhece a forte influência do pensamento marxista em sua teoria (Morin, 2002). A partir de tais aproximações, propomos como fundamentação epistemológica deste trabalho o olhar de Karl Marx e Edgar Morin sobre a práxis científica e social e suas repercussões nas visões de mundo, de ser humano e das relações estabelecidas entre eles.

A apreensão das contradições e incertezas na construção do conhecimento é um dos pontos fundamentais desse diálogo. Para Reis (2001), Vigotski e sua tradição marxista já trazia para a ciência a posição de que a incerteza é algo inerente a seu processo, antecipando assim posições de Morin sobre os fenômenos múltiplos, complexos e sistêmicos. Rodrigues (2002), por sua vez, ressalta de Morin seu “marxismo integrador” (p. 7) como uma racionalidade aberta que aceita limites e abriga contradições em suas concepções teóricas.

Outro ponto em diálogo diz respeito à busca das verdades como válidas dentro de determinados tempos e contextos em um movimento que aspira à totalidade, sem, porém, sucumbir ao mito de uma totalidade perfeita e completa (Morin, 2002; Reis, 2001). Para Morin (2002), é necessária uma refundação epistemológica que, de fato, instaure a dialética na produção científica, pois entende que ainda é forte a postura reducionista e simplificadora na ciência. Alerta o autor que:

O pensamento reducionista continua a procurar de modo míope a causa e o efeito, a determinar o Bem e o Mal, a nomear o culpado e o salvador. Continua a eliminar toda ambiguidade, toda incerteza. Continua a acreditar que a solução econômica resolverá todos os problemas. Precisamos de um pensamento apto a apreender a multidimensionalidade das realidades, a reconhecer o jogo das interações e retroações, a afrontar as complexidades mais do que ceder a maniqueísmos ideológicos ou às mutilações tecnocráticas – que só reconhecem realidades arbitrariamente compartimentadas e são cegas ao que não é quantificável. (Morin, 2002, p. 112)

Nesse sentido, a postura crítica e a apreensão do movimento em contraposição a reificações fundamentam o cerne dos diálogos que aproximam Marx e Morin. Apesar de divergências entre os dois, como a forma de abordar tal movimento (o primeiro, como dialética e o segundo, como dialógica), o que propomos neste trabalho é compreender suas interconexões a partir de afinidades e convergências. Morin (2002) destaca como grande contribuição marxista sua concepção dialética que



abarcando a reciprocidade das ações dos fenômenos (historicamente determinantes e determinados) e suas contradições como “motor efetivo do desenvolvimento humano” (p. 80).

Defendemos, portanto, uma produção de conhecimento que busca compreender dimensões históricas, sociais e complexas dos fenômenos estudados, como a violência, o gênero e a práxis psicológica. Um conhecimento que se pretende científico à medida que visa estabelecer discursos sobre questões que instigam dúvidas e saberes, mas que não se pretende único, inquestionável ou finito.

Essa postura crítica em relação à cientificidade também está presente na nossa compreensão da Psicologia e do modo com que ela se configura para sustentar ou questionar seu status científico. Um olhar mais aprofundado sobre as matrizes do pensamento psicológico nos revela o quanto ela surge como Ciência a partir da crise da modernidade com a falência da crença em um sujeito de conhecimento neutro, objetivo e puramente racional, o denominado sujeito epistêmico pleno. Apesar disso, ainda hoje muitas vezes se percebe um movimento da Psicologia, ou de algumas de suas matrizes, de retorno a esse sujeito, negando mesmo que a sua própria condição de existência se vincula a essa crise e seus desdobramentos (Figueiredo, 2008, 2012; Figueiredo e Santi, 2010).

É nesse sentido, que Figueiredo (2008) demonstra o quanto os sistemas e as escolas da psicologia contemporânea se fundamentam a partir da maneira com que lidam com os dilemas e crises da modernidade e, conseqüentemente, com determinadas compreensões de subjetividade. A Psicanálise, neste ponto, nos ajuda na contraposição às visões ingênuas e idealizadas presentes em correntes epistemológicas que buscam esse retorno a um sujeito absoluto plenamente consciente e senhor de si.

A compreensão freudiana das atividades psíquicas inconscientes e do inconsciente como um atributo fundamental do ser psíquico são pilares essenciais que sustentam essa crise epistemológica ao mesmo tempo em que traça diretrizes para novas possibilidades na construção do conhecimento. Freud (1913/2006) destaca que a percepção da subjetividade no processo científico não invalida em nada os conhecimentos produzidos.

Questionar os parâmetros da cientificidade não significa renunciar ao rigor, ao conhecimento ou a embates críticos, mas estabelecer novas formas no fazer ciência, condizentes às complexidades e ambigüidades do ser humano (Figueiredo, 2008). Buscamos olhar para além dos fenômenos e não nos limitar à compreensão da experiência imediata, o que somados à compreensão das dinâmicas inconscientes dos sujeitos apresentam-se como as grades contribuições da Psicanálise para este trabalho.

Nossa compreensão epistemológica repercute, assim, na própria visão do ser humano como um sujeito com dinâmicas conscientes e inconscientes, claras e ambíguas, coerentes e contraditórias marcadas em um devir histórico, social e cultural a partir de dialéticas entre o particular e o genérico (Andery et al., 2007; Carvalho, 2002; Freud, 1913/2006). É a partir de tal olhar, que nos propomos a

pensar e problematizar a questão da violência, das relações de gênero e da atuação e formação em Psicologia.

## **1. VIOLÊNCIA, GÊNERO E AS MULHERES EM NOSSA SOCIEDADE**

“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite.  
Que a liberdade seja a nossa própria substância.”  
Simone de Beauvoir

Nesta primeira parte da fundamentação teórica, nos propomos a refletir sobre a complexidade da violência problematizando questões éticas, políticas e filosóficas que entendemos como de grande relevância para pensarmos o fenômeno. No tópico seguinte, destacamos dimensões sociais, históricas e culturais fundamentais para entendermos como a violência se estrutura e se expressa na conjuntura brasileira. Em seguida, buscamos discutir sobre as compreensões do conceito de gênero e como essas devem nortear nosso olhar e nossas práticas em situações de violência doméstica contra a mulher. No último tópico, apresentamos terminologias e legislações que precisam ser consideradas sobre o assunto.

### **1.1 Violências: problematizações ético-político-filosóficas.**

A temática da violência tem recebido intenso enfoque e repercussão nos mais diferentes discursos da atualidade, seja da política, da filosofia, da psicologia, da antropologia, da sociologia, da psicanálise, da justiça ou mesmo da religião e do senso comum. As reflexões conceituais sobre o tema são diversas e, frequentemente, as definições são associadas a conceitos como poder, força, autoridade ou dominação, sem abordar as especificidades históricas e culturais da construção do fenômeno da violência (Anjos, 2003; Arendt, 1970/2009; Dejourns, 2011; Piva, Severeo & Dariano, 2007).

Para Piva et al. (2007) há uma tendência universal e histórica de se considerar a violência como inerente à natureza humana. Entretanto, limitar o debate sobre violência a esse ponto reflete uma posição simplificadora e defensiva para lidar com a questão. Os autores defendem a necessidade de reflexões conceituais mais profundas no sentido de compreender o quanto a violência é marcada na intersubjetividade e no encontro com a alteridade.

Entendemos a violência como um fenômeno complexo e múltiplo. Pode ser compreendido a partir de fatores sociais, históricos, culturais e subjetivos, mas não deve ser limitado a nenhum deles. Barus-Michel (2011) destaca como uma característica da violência seu caráter multívoco, por ser este um conceito entendido e designado de formas diversas e representado com diferentes palavras e significados. Refere-se a ele como a “experiência de um caos interno ou a ações ultrajantes cometidas sobre um ambiente, sobre coisas ou pessoas, segundo o ponto de vista de quem a comete ou de quem a sofre” (Barus-Michel, 2011, p. 20).

Assim, a discussão sobre violência precisa abarcar dois aspectos fundamentais: as conceituações de violência que permitam a identificação da experiência violenta e as perspectivas daqueles que estão envolvidos nessa situação violenta, dado que a forma como uma experiência é percebida se conecta a maneira com que é sentida e identificada.

A percepção da violência está relacionada com uma identificação do excesso da ação, ou seja, ela é sentida quando se ultrapassa limites, estabelecidos pelo social, cultural, histórico e/ou subjetivo. Seu fundamento é manifestar-se como excesso na afirmação do “Um, todo poderoso” (Barus-Michel, 2011, p. 21) que nega a alteridade. O outro é negado como semelhante e como diferente, por uma inadequação ou não aceitação de seu desejo.

É nesse sentido que a violência é a objetificação do outro, negando-lhe subjetividade e desejo. Ponto em intersecção com a construção teórica de Chauí (2003) que demonstra a oposição de conceitos como violência e ética:

A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa. (p. 42)

A ação violenta constitui e desconstitui subjetividades, exclui o reconhecimento das singularidades e rompe o tecido simbólico que permeia as intersubjetividades (Barus-Michel, 2011; Piva et al. 2007). O violento suprime da vítima sua capacidade de simbolização e tem também sua própria capacidade suprimida ao não conseguir mais operar em termos de linguagem, nem interpor a palavra entre ele e o outro.

Nesse sentido, é que Barus-Michel (2011) assume que o violento também é vítima: vítima de seu sofrimento que gera a violência. Destaca que as identificações e reconhecimentos do sujeito nutrem seu narcisismo e o protegem de suas angústias e pulsões. Se elas são abaladas o sujeito pode conseguir fortalecer recursos psíquicos e sociais e se reconstruir, ou pode tentar se refugiar nessa ameaça e reafirmar-se através da violência.

É assim que a passagem ao ato pode ter valor de reafirmar a si mesmo. Alerta o autor que “nos encadeamentos violência-sofrimento, a emoção leva-nos a só considerar o sofrimento, reservando nossa compaixão para a vítima. Muitas vezes é difícil admitir que o ato violento resulte de uma fragilidade que o sujeito violento não admite reconhecer” (Barus-Michel, 2011, p. 33). Concordamos com o autor da necessidade de considerar o sofrimento do sujeito da ação violenta, sem que isso se coloque como uma justificativa ou desresponsabilização do sujeito pelo ato cometido.

O olhar sobre o sujeito que comete a violência nos ajuda a compreender as maneiras com que a agressividade pode se exprimir por meio da violência e ainda permite

problematizações sobre outras maneiras pelas quais uma pulsão agressiva pode se configurar. Como aponta Freud (1933/2006), “não há maneira de eliminar totalmente as pulsões agressivas do homem; pode-se tentar desviá-las num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra” (p. 205) e essa é uma das dimensões que precisamos compreender sobre a questão da violência.

A teoria psicanalítica se fundamenta na concepção de que existem dois tipos de pulsões humanas: as da preservação da vida a partir do Eros e as da agressividade e destrutividade. Entretanto, nos alerta Freud (1933/2006):

não devemos ser demasiado apressados em introduzir juízos éticos de bem e de mal. Nenhum dessas duas pulsões é menos essencial do que a outra; os fenômenos da vida surgem da ação confluyente ou mutuamente contrária de ambas. Ora, é como se uma pulsão de um tipo dificilmente pudesse operar isolada; está sempre acompanhada – ou, como dizemos, amalgamada – por determinada quantidade do outro lado, que modifica o seu objetivo, ou em determinados casos, possibilita a consecução desse objetivo. (p. 203)

Assim, a compreensão psicanalítica nos fornece mais subsídios para abarcar em nossa construção teórica as complexas dinâmicas inconscientes dos sujeitos e as ambivalências de sentimentos presentes em toda e qualquer ação humana, inclusive a violenta. Assim, apesar de Freud não negar as dimensões culturais e históricas dos fenômenos, ele vem destacar os fundamentos pulsionais das ações, ressaltando ainda que uma ação está sempre relacionada a uma combinação de motivos e impulsos pulsionais (Freud, 1915/2006, 1933/2006).

Um motivo que deve ser combinado nas explicações que buscamos sobre violência é sua relação com o poder. Arendt (1970/2009) demonstrava como muitos pensadores políticos, seja da direita ou da esquerda, compreendiam a violência como a mais evidente manifestação de poder. Para a autora, entretanto, poder e violência não só são diferentes, como opostos: “onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz a desaparecimento do poder” (p. 73).

O poder poderia se confundir com violência para aqueles que o entendem como uma questão de comando e obediência, mas para Arendt (1970/2009) ele não é algo imposto ou de propriedade de alguém, mas é uma habilidade humana de agir em concerto que necessita de uma legitimidade, mas não de uma justificação. A violência, por sua vez, é de natureza instrumental e pode se apresentar com certas justificativas, que nunca lhe imprimirão, porém, legitimidade. Ressalta a autora que o domínio pela violência surge mesmo de onde o poder está sendo perdido, mas que essa tentativa de substituí-lo pela violência buscando a vitória exige um preço muito alto, pago tanto pelo vencido quanto pelo vencedor, em termos de seu próprio poder.

Nesse sentido, compreendemos que uma ação violenta está direcionada à destruição ou ao ataque da subjetividade do outro e surge em um momento em que o sujeito sente que está

perdendo seu poder ou depara-se com sua impotência (Saffioti, 1999a). É uma interposição à subjetividade e à linguagem: “é impondo ao corpo certas coerções que se atinge a subjetividade, a afetividade e o pensamento, no que ele tem de irreduzivelmente singular e livre” (Dejours, 2011, p. 64).

As dimensões pessoais e subjetivas são umas das facetas que constituem o fenômeno da violência, ao mesmo tempo em que são constituídas por ele. Além do mais, dimensões sociais, históricas e culturais também são constituídas e constituidoras do fenômeno. Compreender as interconexões, configurações e contradições desse fenômeno enquanto processo dialético propicia um olhar mais amplo, complexo e coerente sobre a questão.

### **1.2 Dimensões sociais, históricas e culturais da violência.**

Ao olhar o fenômeno da violência precisamos estar atentos às dinâmicas sociais, históricas e culturais de nossa sociedade e a forma com que elas afetam e se afetam pelos sentidos e explicações fornecidos para o mesmo. Anjos (2003) ressalta que para compreender a violência, da forma como ela se apresenta na atualidade, é necessário superar visões tradicionais das Ciências Sociais que buscavam causalidades únicas e lineares dos fenômenos.

A complexidade e a emergência de novos fatores e atores sociais, destaca o autor, exigem abordagens mais refinadas e articuladas às estruturas sociais e suas transformações. Assim, é necessário articular explicações teóricas com mais conhecimento prático e concreto, a partir de análises micro, macro e estruturais.

Compreender o modo como a sociedade se estrutura a partir de dinâmicas violentas conduz a uma explicação possível de tais articulações. Chauí (2003) demonstra o quanto, apesar de muito se falar de violência, a sociedade brasileira ainda se organiza a partir de um mito da não-violência que mascara e denega uma cruel realidade no país.

Concordamos com Chauí (2003) que o tema da violência, em geral, é tratado de forma superficial e apesar de muito se falar sobre o assunto, pouco se reflete sobre o mesmo. Além do mais, percebe-se certo viés nos sentidos atribuídos a violência dependendo do tipo de violência cometida, da pessoa que a comete ou da que a sofre. Nesse sentido, é que esse mito da não-violência contribui para que muitas violências não sejam percebidas e, com isso, sejam naturalizadas.

Chauí (2003) apropria-se de noções psicanalíticas e antropológicas para justificar o emprego da palavra mito em sua teoria. Psicanaliticamente, entende mito como “impulso à repetição por impossibilidade de simbolização e, sobretudo, como bloqueio à passagem ao real” (Chauí, 2003, p. 48). Da noção antropológica, a autora destaca o poder que um mito tem de substituir a realidade por outra criada por ele; de criar uma narrativa como se fosse a originária, sem se atentar para a real origem; de fornecer não só meios de pensar, como formas de agir; e de suportar as ideologias que fabrica.

O mito da não-violência brasileira fornece explicações simplistas para realidades complexas e conserva-se a partir de diferentes mecanismos ideológicos, como o da exclusão, da distinção como algo acidental e da inversão do real. Fala-se em crime passional como referência a violências de gênero diversas e estruturantes em nossa sociedade. Fala-se em acidentes de trânsito para se referir ao padrão violento de ação no trânsito que tem deixado inúmeros mortos e feridos constantemente.

Essa forma de interpretar a violência consegue negá-la ao mesmo tempo em que é identificada, uma vez que episódios de violência são vistos como fatos isolados, provocados apenas por certa parcela da população, presente apenas em determinados locais (aqueles da exclusão e da carência) e restrita a espaço de criminalidades e marginalidades (Chauí, 2003). Assim, explica a autora que:

A violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda idéia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo da produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. (Chauí, 2003, p. 52)

Nesse sentido, Chauí (2003) defende que a sociedade brasileira é autoritária, estruturada em relações de mando e obediência em que a lei e o poder são privilégios para alguns e repressão para a maioria. E que esse mito de que somos uma sociedade ordeira e pacífica faz com que a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras não possa ser percebida e assim se torne naturalizada e invisibilizada.

Esse autoritarismo se sustenta a partir de padrões patriarcais e machistas que norteiam nossa sociedade, ainda que o próprio mito citado tente denegar tal realidade. Chauí (2003) explica essa tentativa a partir do mecanismo ideológico da inversão do real: ao interpretar o machismo como “uma proteção natural a natural fragilidade feminina” (p. 52) tenta-se dissimular a violência de atos e comportamentos machistas colocando-os como não violentos.

Por isso, é importante compreendermos como a violência se estrutura em nossas relações sociais e históricas e se expressa a partir de nossos valores, nossas práticas e nossas visões de mundo, inclusive imprimindo sentidos ao ser homem e ser mulher em nossa sociedade. É fundamental, assim, uma perspectiva de gênero para o entendimento das questões da violência, em especial, da violência contra as mulheres.

### **1.3 Compreendendo gênero e sua relação com a violência contra as mulheres.**

Em diferentes momentos da história, percebemos indagações e normatizações sobre o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade. Na antiguidade grega, as mulheres eram

definidas como homens imperfeitos e Aristóteles discorria sobre uma hierarquia natural do homem sobre a mulher, considerada inferior (Galinkin, Santos e Zauli-Fellows, 2010). A tradição católica manteve tal hierarquização conclamando o espaço da mulher ao privado da família, em que a dedicação aos filhos e a obediência ao marido determinavam sua valoração moral. Até mesmo a filosofia iluminista reiterava a inferioridade feminina afirmando que a mulher era o ser da paixão e da imaginação, sem capacidade para o desenvolvimento do intelecto e da razão (Soihet, 1997, 2002).

O desenvolvimento científico do século XIX reforçou essas diferenças pautando em razões biológicas características que definiam as mulheres como frágeis, emotivas e pouco racionais; e os homens como de natureza autoritária, racional e forte. A educação, assim, respondia a tais concepções estruturando espaços e métodos pedagógicos diferentes para homens e mulheres. Eles, educados para a atuação pública, o desenvolvimento intelectual e o raciocínio crítico, enquanto elas, quando recebiam educação formal, esta era voltada para aptidões domésticas e o preparo para o cuidado do lar (Soihet, 1997, 2002).

Apesar de toda essa conjuntura, é possível identificar ao longo da história diferentes personagens femininas que lutaram por direitos iguais entre homens e mulheres. Podemos citar, por exemplo, no Brasil Nísia Floresta e Bertha Luz e na França, Olympe de Gouges. Nísia Floresta, em 1830, publicou o livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, instituiu uma imprensa feminina no país, reivindicou o direito à educação das mulheres e também foi atuante no movimento abolicionista. Bertha Luz, em 1922, instalou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), lutou por direito ao voto das mulheres, publicou diversos artigos em jornais e atuou no cenário político como Deputada Federal (Bandeira e Melo, 2010; Soihet, 2002).

Olympe de Gouges, provavelmente foi a que conseguiu maior repercussão, talvez pelo momento histórico em que esteve inserida e pelas consequências sofridas pelos seus atos. Em 1792, ela propôs uma releitura da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento marco da Revolução Francesa e da própria discussão internacional sobre direitos humanos (Maluschke, Bucher-Maluschke & Herma, 2004), mas que restringia toda a questão dos direitos aos homens. Em paralelo à Declaração, Olympe de Gouges escreveu a Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã e foi condenada à morte na guilhotina pelos próprios líderes da Revolução Francesa (Safiotti, 1999a).

Após essas mobilizações nos séculos XVIII e XIX por direitos sociais e políticos nas lutas sufragistas e emancipatórias, identifica-se uma ressignificação do movimento feminista no Brasil e no mundo no século XX, principalmente a partir da década de 60 (Bandeira & Melo, 2010; Costa, 2007; Sarti, 2004). Caracteriza esse novo momento o apelo de que “o pessoal é político” (Costa, 2007, p. 52), que busca romper com dicotomias entre o público e o privado e

cobrar a responsabilidade social do Estado e da sociedade em assegurar o respeito à dignidade humana e a uma vida sem violência, também no âmbito privado dos indivíduos.

As denúncias das violências sofridas pelas mulheres no âmbito doméstico passam a ser uma das principais pautas. Tais denúncias destacam o quanto que, por muito tempo, os limites do privado legitimaram ou ignoraram a gravidade dessas violências, ilustradas por mitos populares como o “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” (Saffioti, 1999a). As reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres diziam respeito ainda à redemocratização política do país, aos direitos reprodutivos e ao respeito à sexualidade feminina (Bandeira & Melo, 2010; Costa, 2007; Fávero, 2010; Machado, 2002; Sarti, 2004).

A partir da década de 70, há uma aproximação do movimento feminista com o meio acadêmico com a elaboração de construtos teóricos que possibilitaram discussões epistemológicas e políticas sobre as desigualdades entre homens e mulheres (Galinkin et al., 2010; Narvaz e Koller, 2006, 2007). Neste período, o conceito de gênero é proposto por estudiosas feministas americanas (como Stoller e Gayle Rubin) como o objeto de estudo dos feminismos (Saffioti, 1999b).

A conceituação de gênero é proposta para superar o determinismo biológico relacionado ao uso do termo sexo ou diferenciação sexual e destacar a construção social das identidades sexuais. Este novo conceito propicia assim uma desnaturalização e desconstrução de definições e papéis referentes ao masculino e ao feminino e introduz a compreensão de dinâmicas relacionais entre eles (Conceição, 2009; Filho, 2005; Scott, 1990).

L.Z. Machado (1998) ressalta que a análise de gênero instaurou um novo paradigma metodológico a partir de três pilares fundamentais: a ruptura com o essencialismo biológico; o privilégio metodológico às relações de gênero em contraposição às categorias substancializadas de homem e mulher; e a afirmação da transversalidade de gênero nas demais áreas do social. Gênero passa, assim, a ser compreendido como uma categoria de análise com estatuto teórico e epistêmico e caráter estruturante da sociedade (Saffioti, 1999a; Scott, 1990; Segato, 2011).

Hoje, os estudos das relações de gênero são realizados em diferentes partes do mundo, a partir de uma diversidade de lentes teóricas, debates políticos e implicações éticas (Louis, 2006; Narvaz e Koller, 2006; Saffioti, 1999a; Sarti, 2004; Silva, 2008). É possível identificar, de acordo com Segato (2011), três principais posições dentro do pensamento feminista principalmente no que diz respeito às compreensões históricas do patriarcado e do colonialismo: uma que considera a dominação de gênero e do patriarcado como universal, sem maiores diferenciações históricas ou culturais e com certa superioridade moral das organizações sociais europeias e norte-americanas; uma segunda posição que defende a inexistência de relações de gênero no mundo pré-colonial; e uma terceira que demonstra a dimensão histórica das nomenclaturas de gênero, presentes mesmo em sociedades tribais, ainda que constatem que as



práticas do patriarcado foram se aperfeiçoando e se intensificando com o colonialismo e os discursos igualitários e hierárquicos da modernidade.

Não pretendemos aqui nos estender sobre a discussão entre relações de gênero e patriarcado. Entendemos que gênero e patriarcado não são sinônimos, mas são duas dimensões históricas e culturais de processos dialéticos da construção das subjetividades e das relações sociais entre homens e mulheres. Reiteramos a nossa posição de utilizarmos o conceito de gênero citando L.Z. Machado (2000):

O conceito de gênero não implica deixar de lado o de patriarcado. Ele abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de “patriarcado” parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re)conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade. (p. 4)

Assim, das discussões e definições dos estudos sobre gênero, consideramos fundamental destacar que a elaboração desse construto possibilitou uma evolução paradigmática que parte do estudo da mulher, como um conceito universal e abstrato, para o olhar sobre as mulheres, em seus diferentes contextos, classes e etnias; e deste para o foco sobre as relações entre homens, entre mulheres e entre eles e a partir daí também possibilitando o estudo de feminilidades e de masculinidades (Conceição, 2009; Filho, 2005; Galinkin et al., 2010; Saffioti, 1999a; Sarti, 2004; Scott 1990).

A perspectiva pós-moderna dos estudos de gênero traz ainda uma nova problemática: repensar as categorias de identidade de gênero e as associações entre determinismo biológico e diferenciação sexual. Judith Butler é considerada uma das principais teóricas a radicalizar a crítica ao próprio conceito de gênero e a indicar possibilidades originais e plurais à transformação social das relações de gênero (Saffioti, 1994; Rodrigues, 2005; Silva, 2008).

Butler (1990/2012) critica a dissociação feita pelos movimentos feminista entre cultura e sexo, como se o primeiro fosse simplesmente uma inscrição cultural e o segundo, biológica. A autora defende que tanto o sexo não pode ser reduzido a uma característica anatômica, por ser também um meio discursivo/cultural de construção simbólica; como o gênero não pode ser reduzido a formulações fixas da cultura –“nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (p. 26).

Além do mais, uma nova dimensão é inserida na compreensão das relações de gênero: o desejo. E assim, podemos trabalhar com diferentes dimensões relacionais, mas não determinantes entre si, como a biologia/anatomia, a subjetividade de gênero, os papéis e práticas sexuais e o desejo (Rodrigues, 2005; Silva, 2008). Butler (1990/2012) questiona assim conceitos

que estagnam as noções de identidade de gênero, referindo-se a expressões de gênero e identidades performativamente constituídas, contextuais e dinâmicas.

Entendemos esse dinamismo dos debates teóricos e políticos sobre gênero como emblemático da importância desse campo de estudo e da urgência por mudanças e ressignificações das dimensões de gênero presentes em nossa sociedade. Defendemos que a categoria de gênero deve agregar às análises uma dimensão explicativa que nos permite problematizar novas possibilidades de ser, agir e empreender mudanças (Saffioti, 1999b; Segato, 2011). Uma apropriação do gênero apenas em um âmbito descritivo limita nossa compreensão, enrijece nosso olhar sobre a cultura e o desenvolvimento humano e reforça as desigualdades entre homens e mulheres.

A forma como as relações de gênero se estabelecem determinam muito como homens e mulheres se desenvolvem e se relacionam. Problematizar, neste processo dialético, novas masculinidades e feminilidades irá possibilitar o estabelecimento de novos aspectos às relações de gênero. Nesse ponto, destacamos também sua dimensão simbólica que permite que gênero seja entendido ainda como um aparato semiótico que atribui sentidos de identificação, de valor e de posição social de acordo com a característica representada, do feminino ou do masculino (Fávero, 2006).

Acreditamos que as relações de gênero estão diretamente conectadas ao fenômeno das violências cometidas contra as mulheres. Assim, a rígida definição dos papéis de homens e mulheres na sociedade; a naturalização dessas diferenças; a imposição dessas diferenças como desigualdades; a exclusão das mulheres dos espaços públicos, da opinião e da ação; a segregação ao privado e a limitação do ser mulher ao ser mãe e ser esposa; a lógica do autoritarismo e do poder atribuído aos homens; as valorações positivas ao que é visto como masculino e negativas ao que é atribuído ao feminino; e os processos de socialização de mulheres e homens são aspectos dessas relações que reforçam e legitimam diversas formas de violência contra mulheres, entre elas a violência doméstica e familiar. Por isso, defendemos que a abordagem de gênero é uma dimensão essencial para a compreensão e intervenção em tais situações de violência.

#### **1.4 A violência contra a mulher e suas terminologias e legislações.**

Diferentes terminologias têm sido usadas para referir-se ao fenômeno da violência contra a mulher: familiar, intrafamiliar, doméstica, conjugal, contra a mulher e de gênero. Algumas são consideradas sinônimas, outras mais ou menos abrangentes. Diniz (2011) ressalta que essa diversidade de definições revela formas diferentes de compreender e de abordar o fenômeno.

O termo violência familiar ou intrafamiliar refere-se ao tipo de vínculo entre os envolvidos na situação de violência, no caso, membros de uma mesma família, com vínculos de

consanguinidade ou afinidade. O vínculo familiar pode ser abrangido pela terminologia violência doméstica desde que remeta-se ao âmbito do domicílio, em um domínio não só geográfico, mas também simbólico. Os envolvidos em situações de violência doméstica precisam manter ou ter mantido alguma relação entre si, seja conjugal, familiar, afetivo ou profissional (como no caso de empregadas domésticas). O termo violência conjugal pode coincidir com os anteriores e destaca a dimensão da conjugalidade na violência (Campos, 2009; Diniz, 2011; Safiotti, 1999).

Por sua vez, o termo violência contra a mulher ressalta um aspecto crucial de nossa realidade: mulheres, das mais diferentes idades, são as principais vítimas da violência no âmbito privado. Já o termo violência de gênero se estabelece a partir da compreensão de que essas violências são, na maior parte, resultado de uma construção sócio-histórico-cultural de papéis de gênero que têm colocado a mulher como a principal vítima das violências cometidas no espaço da privacidade e da intimidade (Diniz, 2011; Safiotti, 1999).

Neste trabalho, optamos por utilizar o termo violência doméstica contra a mulher ressaltando que: (a) compreendemos que a dimensão de gênero perpassa essas violências, mas consideramos que a violência de gênero é uma questão ainda mais ampla; (b) situamos no âmbito doméstico por ser esse o foco do nosso olhar, e não a conjugalidade ou os vínculos de parentesco; e (c) insistimos no complemento contra a mulher para destacar que no atual contexto sócio-histórico são elas as principais vítimas dessas violências.

Além do mais, é importante destacar também que optamos por utilizar o termo mulheres em situação de violência doméstica em contraposição ao termo vítimas, por considerar que a primeira opção não incorre ao risco e às consequências de um rótulo ou estigma e não reduz a complexidade da situação de violência a apenas uma de suas dimensões. Em consonância a este posicionamento, utilizaremos o termo autor de violência doméstica em contraposição ao termo agressor. Este termo será referido no masculino para destacar e denunciar as evidências históricas e culturais que demonstram serem os homens os principais perpetradores da violência doméstica contra a mulher.

No Brasil, uma das primeiras, e principais, pesquisas que denunciaram a gravidade das violências sofridas pelas mulheres revelaram que 43% delas já haviam sofrido algum tipo de violência sexista e dessas 70% haviam sido perpetradas por parceiros ou ex-parceiros conjugais (Fundação Perseu Abramo, 2001). Conclusão alarmante dessa pesquisa é a estimativa de que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil.

Essa pesquisa sobre a mulher brasileira nos espaços públicos e privados foi realizada novamente após 10 anos, com uma ampliação da amostra e uma maior abrangência de regiões do país. Os resultados desta segunda pesquisa se revelaram muito próximos à realizada anteriormente em 2001 quanto: ao número de mulheres que já haviam sofrido violências cometidas por homens (em 2001, 43% das entrevistadas e em 2010, 35%); a porcentagens

similares de cada forma de violência sofrida, como agressão física (em torno de 25%) e espancamento (em torno de 11%); e ao fato do principal perpetrador dessas violências serem parceiros conjugais (atuais ou ex), totalizando 80% dos casos, se excetuadas as situações de assédio e violência sexual (Fundação Perseu Abramo, 2010; Senado, 2013).

Destaca-se ainda dessas pesquisas a grande proporção de mulheres (um terço das entrevistadas) que sofreram alguma violência, mas não a reportaram a autoridades públicas, o que pode indicar que existe uma subnotificação de casos de violência contra a mulher e que a situação pode ser ainda mais grave que a já conhecida no país (Senado, 2013).

Em relação ao número de homicídios femininos, o país ocupa a 7ª posição, em uma lista de 84 países, com uma taxa de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres. No período entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres sendo que 47,5% apenas na última década. A pesquisa indica que 68,8% desses homicídios ocorreram nas residências das vítimas e para as mulheres da faixa etária entre 20 a 49 anos, 65% deles foram cometidos por homens com os quais elas mantinham ou mantiveram um relacionamento amoroso. O relatório alerta ainda que altos níveis de feminicídio, com frequência, são acompanhados por uma grande tolerância quanto à violência contra as mulheres e, em muitos casos, são resultado dessa própria tolerância (Waiselfisz, 2012).

As denúncias da gravidade da situação das mulheres no Brasil e no mundo promoveram diversos debates internacionais sobre a questão. Como resultado, foram elaborados diferentes tratados sobre os direitos das mulheres, dos quais o Brasil tornou-se signatário. Os principais são: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher CEDAW (ONU, 1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará (OEA, 1994).

A CEDAW foi o primeiro tratado internacional específico sobre os direitos das mulheres que se fundamentou nas Convenções Internacionais de Direitos Humanos para reafirmar a obrigação dos Estados em garantir a homens e mulheres igualdade de gozo de todos os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos. A Convenção trata da eliminação de toda forma de discriminação contra a mulher, definindo esta como

toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (ONU, 1979, Art. 1º)

A Convenção de Belém do Pará, por sua vez, trata especificadamente da questão da violência cometida contra a mulher apresentando, pela primeira vez, uma definição formal de violência contra a mulher que, inclusive deixa de falar em sexo para apropriar-se do conceito de gênero: “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento

físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (OEA, 1994, Art. 1º). Essa Convenção se destaca ainda por afirmar que tais violências constituem violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais e fortes obstáculos ao implemento da isonomia, ao exercício pleno da cidadania, ao desenvolvimento socioeconômico e à paz social.

Apesar de signatário dessas convenções e da própria Constituição Federal (Constituição, 1988) afirmar que todos, homens e mulheres, são iguais perante a lei (Art. 5º) e que a dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental ao país (Art. 1º), o que se percebia eram leis ineficientes para tratar da complexidade da violência doméstica contra a mulher e poucas políticas públicas baseadas em compreensões de gênero. Frente a esse quadro e à gravidade das situações de violência, os movimentos sociais de mulheres e feministas intensificaram as pressões e cobranças por respostas mais coerentes e eficientes do Estado.

Um dos principais resultados dessas mobilizações foi a promulgação, em 2006, da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Esta foi assim nomeada como uma reparação simbólica a Maria da Penha, uma mulher vítima de violências domésticas perpetradas pelo marido e vítima da negligência e omissão do Estado em protegê-la em seus direitos fundamentais.

A Lei Maria da Penha foi proposta com o objetivo de criar mecanismos jurídicos para coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Sua aplicação jurídica substituiu uma legislação anterior (Lei 9099/95) que tratava da questão da violência contra a mulher como crimes de menor potencial ofensivo. Xavier e Oliveira (2010) destacam essa substituição como uma das grandes inovações trazidas pela Lei Maria da Penha: a violência doméstica deixa o patamar de crime de menor potencial ofensivo para ser considerada como uma violação dos direitos humanos.

A definição de violência contra a mulher trazida pela Lei Maria da Penha é muito similar à apresentada pela Convenção de Belém do Pará (OEA, 1994) e descreve detalhadamente diferentes formas de violência. Ela discorre sobre a assistência jurídica, policial e social à mulher em situação de violência doméstica e familiar; propõe o atendimento multidisciplinar nas áreas psicossociais, jurídica e de saúde à mulher e aos demais envolvidos na situação de violência; além de tratar das articulações e responsabilidades da União, Estado, Distrito Federal e Municípios no desenvolvimento de políticas públicas no âmbito criminal e preventivo (Lei 11.340, 2006).

Pasinato (2010) considera que as ações e propostas da Lei Maria da Penha estão divididas em três eixos principais quanto a medidas de intervenção: criminal; de proteção dos direitos e da integridade física da mulher; e de prevenção e educação. A autora alerta que não apenas o Judiciário precisa se organizar para a correta aplicação da Lei, uma vez que essa determina também a formulação de políticas públicas de gênero que integrem o âmbito da justiça, da segurança pública, da saúde, da assistência social e da educação.

Nesse sentido, defendemos que a Lei Maria da Penha trouxe grandes inovações jurídicas e processuais para tratar da violência doméstica, que se aproximam, ou pretendem se aproximar, da complexidade da questão. A Lei pretende promover mudanças jurídicas, políticas e culturais que afirmam os direitos humanos das mulheres e superam uma longa tradição social e jurídica negadora de tais direitos (Campos, 2009; Xavier e Oliveira, 2010).

Entre tais inovações, gostaríamos de destacar o estabelecimento de critérios para a assistência integral e multidisciplinar a todos os envolvidos em situações de violência doméstica: a mulher, o autor e os demais familiares. A Lei trata de equipes de atendimento multidisciplinar para assessorar decisões judiciais (art. 29, 30), orienta a criação de “centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar” e “centros de educação e de reabilitação para os agressores” (art. 35) e afirma, no art. 45, a possibilidade do juiz “determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação” (Lei 11.340, 2006).

Defendemos que o atendimento tanto às mulheres em situação de violência quanto aos homens autores dessas violências constitui-se uma ferramenta fundamental ao enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Os atendimentos podem propiciar espaços de cuidado; de reflexão em relação a dinâmicas violentas nos relacionamentos; de responsabilização pelas atitudes cometidas; de ressignificação da própria violência; e de mudanças ou flexibilizações de padrões e crenças culturais de gênero (Angelim, 2009; Ávila, 2010; Campos, 2009; Pasinato, 2010).

Nesse sentido, torna-se fundamental a discussão sobre as possíveis contribuições da Psicologia no trabalho interdisciplinar com violência doméstica contra a mulher, principalmente no que se refere à formação pessoal e profissional dos/as psicólogos/as que atuam nessa área.

## **2. A PSICOLOGIA E O TRABALHO COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas,  
mas, ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana”.  
Carl Jung

Nesta segunda parte da fundamentação teórica, nos propomos a discutir como o trabalho com violência doméstica tem sido entendido a partir de uma lógica multidisciplinar e como a Psicologia tem contribuído para esse debate e para a construção dessas práticas de intervenções técnicas e políticas. No segundo tópico, discutimos a prática do/a psicólogo no trabalho em violência doméstica problematizando-a a partir dos desafios e angústias identificados na vivência desse trabalho. Por fim, discutimos a formação pessoal e profissional desses/as profissionais.

## **2.1 Multidisciplinaridade, Psicologia e as intervenções em situações de violência doméstica contra a mulher.**

As ações e intervenções na problemática da violência doméstica contra a mulher têm se articulado em diversos contextos e a partir de diferentes áreas de formação e atuação profissional. Os contextos da justiça, da ação policial, da saúde, da assistência social, da educação e da cultura têm sido (re)pensados a partir de olhares e práticas multidisciplinares que envolvem o Direito, a Psicologia, o Serviço Social, a Pedagogia, as Ciências Sociais, entre outras áreas.

A busca por uma compreensão multidisciplinar do fenômeno da violência doméstica reflete a complexidade da questão. O entendimento de que tal violência se associa a diferentes fatores, se interconecta a multidimensões (históricas, sociais, culturais, subjetivas), se expressa a partir de ambiguidades e contradições e se singulariza em cada história pessoal, exige dos/as profissionais uma leitura teórica e uma prática ética e política fundamentada em olhares interdisciplinares, complexos e amplos (Angelim, 2009; Ávila, 2010).

Para o contexto jurídico e seu clássico padrão de controle penal, essa multidisciplinaridade representa um potencial transformador da lógica da intervenção judicial, possibilitando a construção de um modelo mais atento à integralidade da pessoa humana, mais solidário e menos violento (Ávila, 2010). Para atuação policial, essa ampliação do olhar propicia um questionamento para além da tipificação penal e da verificação de fatos e delitos, uma vez que uma situação de violência doméstica não se resume a atos isolados, mas a processos violentos em que os envolvidos estão em posições desiguais de poder e a violência psicológica permeia e agrava toda a situação (L.Z. Machado, 2002).

Para as áreas de saúde e assistência social, essa atuação multidisciplinar possibilita a superação de intervenções pontuais, individualizantes e, por vezes, patologizantes, que ao não se atentar para as dimensões sociais e culturais do problema podem incorrer a naturalizações e banalizações da violência de gênero. Além do mais, ela permite um trânsito entre aproximar-se da intimidade pela escuta e cuidado de cada sujeito e atentar-se a dimensão pública e política de tais áreas (Angelim, 2009; Hanada, D'Oliveira & Schraiber, 2010).

Por fim, a multidisciplinaridade agrega mais conhecimento ao contexto educacional e cultural no que tange à compreensão do quanto as relações patriarcais e de gênero são estruturais em nossa sociedade e intrínsecas às situações de violência doméstica e familiar contra a mulher. Tais relações têm colocado as mulheres em situações de desvantagens e, especialmente, de desigualdades na garantia de direitos. Por isso, é fundamental a implementação de políticas públicas norteadas por perspectivas de gênero e direitos humanos.

Nesses diferentes contextos, identifica-se a inserção e a atuação da Psicologia, demonstrando o quanto esta área de conhecimento tem a contribuir na práxis multidisciplinar e complexa em relação à violência. Muitos manuais e normas técnicas apontam que profissionais

de Psicologia devem integrar a equipe mínima de atendimento nos serviços de atenção à violência (CFP, 2012, Porto & Bucher-Maluske, 2012).

Em pesquisas sobre a prática do/a psicólogo/a em serviços de atenção à violência, podemos perceber que: (a) há, de fato, a atuação em diferentes áreas, principalmente no jurídico, na saúde e na assistência social; (b) a maioria desses/as profissionais estão inseridos/as em equipes técnicas multidisciplinares; (c) há grande diversidade de práticas (atuação clínica, acolhimento psicológico, acompanhamento psicossocial, de orientação ou prevenção, de atividades educativas e reflexivas, e/ou de mediação de conflitos); (d) no entanto, não há uma delimitação clara entre o trabalho da Psicologia e das demais especialidades (CFP, 2012; Hanada et al., 2010).

Essa dificuldade de delimitação, porém, é própria do processo de construção da atuação multidisciplinar. A mera presença de diferentes especialidades não representa por si só uma multidisciplinaridade. Para tal, é necessária uma articulação de ações, um diálogo teórico, uma renegociação de práticas e uma definição de projetos de intervenção com objetivos em comum que respeitem as especificidades de cada área ao mesmo tempo em que construam uma práxis compartilhada (Branco & Almeida, 2012; Hanada et al., 2010).

Apesar desses desafios quanto à construção da multidisciplinaridade e às especificidades da atuação de cada contexto, entendemos que existem certas diretrizes que devem permear a práxis psicológica em questões de violência doméstica contra a mulher. Um ponto basilar, já exposto anteriormente, é a compreensão dessa violência a partir das perspectivas de gênero e de direitos humanos.

Tal compreensão exige da Psicologia um posicionamento político comprometido com a transformação social e com a não reprodução de valores e práticas machistas e patriarcais. Esse compromisso social representa uma mudança paradigmática desse campo de conhecimento, que tem uma tradição conservadora voltada para o controle, a categorização e a diferenciação social mais sintonizada com os interesses da elite brasileira (Bock, 2003, Furtado, 2003, Gonçalves, 2010).

Nesse sentido, defendemos que uma psicologia comprometida com a transformação social precisa: repensar suas práticas e intervenções tradicionais voltadas para o intrapsíquico em sua dimensão individual, isolada e ahistórica; compreender como o social e o cultural são constituídos e constituintes de subjetividades; enxergar as desigualdades de poder entre homens e mulheres nos espaços públicos e privados e identificar como essas desigualdades sustentam violências; e questionar suas próprias premissas teóricas e práticas a fim de fugir das armadilhas ideológicas do patriarcado (Angelim, 2009, CFP, 2012, Gonçalves, 2010).

Concordamos com Mello e Patto (2008) quando alertam que:

Sem o entendimento rigoroso e bem fundamentado do que se passa na subjetividade e nas relações intersubjetivas numa sociedade concreta, e sem a consciência da imensa



responsabilidade dessas práticas, esses profissionais podem lesar direitos fundamentais das pessoas e, no limite, colaborar para a negação de seu direito à vida. Um psicólogo que não adquirir a capacidade de pensar o próprio pensamento da ciência que pratica - ou seja, de refletir sobre a dimensão epistemológica e ética do conhecimento que ela produz - certamente somará, insciente, com o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura. (p. 594)

No que diz respeito à violência doméstica contra a mulher, acrescentamos ainda ao compromisso da Psicologia: um olhar sobre as desigualdades de gênero que incluam a perspectiva de mulheres e homens; uma apreensão da violência que abarque o fenômeno em sua complexidade e ambiguidade tanto para aqueles que a sofrem quanto para aqueles que a cometem; e uma prática ampla que, apesar de suas especificidades, baseia-se no respeito e na possibilidade de escuta de mulheres e homens, “vítimas” e “agressores”.

O trabalho da Psicologia com mulheres em situação de violência doméstica fundamenta-se na escuta qualificada, no cuidado e atenção ao sofrimento psíquico e no enfoque às questões da subjetividade, sem negar aspectos sociais e culturais envolvidos. Das especificidades dessa prática, podemos destacar os principais objetivos postos aos/às psicólogos/as: acolhimento e apoio emocional; fortalecimento/empoderamento; promoção da autoestima e autonomia; ampliação de recursos pessoais, sociais e institucionais para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher; orientação sobre direitos e cidadania; reflexão e elaboração da situação de violência; e mudança nos padrões de relacionamento conjugal e familiar (CFP, 2012; Hanada et al., 2010; Porto & Bucher-Maluschke, 2012).

A maior parte dos serviços de atenção à violência, atualmente, se estruturam pelo atendimento exclusivo às mulheres em situação de violência, sendo ainda escassos os serviços disponíveis aos homens autores das violências (CFP, 2012; Lago, Ramos & Bragagnolo, 2010). Toneli, Beiras, Clímaco e Lago (2010) explicam que:

A ideia de atender homens autores de agressão baseia-se na aposta de que o sujeito possa reconhecer e responsabilizar-se pela violência que comete, assumir seu compromisso com as formas hegemônicas de masculinidades e procurar alternativas existenciais não violentas, abrindo-se, assim, o espaço para que o sujeito se exerça enquanto tal. (p. 17)

A intervenção com homens autores de violência doméstica é prevista na Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2006) quando esta fala em “centros de educação e reabilitação de agressores” (Art. 35) e em “recuperação e reeducação” (Art. 45). Porém, há menos clareza quanto às diretrizes para tal. Não existe uma norma técnica oficial que oriente o trabalho com esses homens ou que regule a estrutura e organização desses centros, ainda que no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SPM, 2011) uma das ações

previstas é a “elaboração da Norma Técnica dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor” (p. 28).

Apesar de a Lei reconhecer que os homens precisam ser incluídos nas intervenções em contexto de violência doméstica, percebe-se que ela, porém, não faz nenhuma referência a serviços de promoção de equidade de gênero ou de promoção à saúde com a população masculina (Lago et al., 2010; Medrado & Melo, 2008). Tais atitudes demonstram que pode se estar ignorando questões sobre a socialização dos homens e sobre a dimensão relacional do próprio construto de gênero. Medrado e Mélo (2008) denunciam, por exemplo, que em uma revisão bibliográfica feita sobre a temática, o conceito de gênero foi quase exclusivamente associado a mulheres.

Nesse sentido, consideramos importante ressaltar que é essencial para o trabalho com violência doméstica contra a mulher a compreensão de gênero enquanto relacional, demarcado por desigualdades de poder e inscrito em um código hegemônico e rígido de masculinidade. Destaca L.Z. Machado (2004) que “o masculino, tal como vivenciado por sujeitos enredados nas relações violentas, parece tender a prendê-los às armadilhas de se confundirem, se identificarem e representarem a lei e a potência, como se a elas não precisassem se submeter” (p. 40).

Os papéis e ações atribuídos aos homens os aproximam da violência, em nome de uma garantia de poder hierárquico e de uma honra assentada na rivalidade com outros homens e no controle sobre a mulher. Ao mesmo tempo, esse poder patriarcal associado ao masculino pode contribuir para que eles pouco se interpelem sobre seus atos violentos e suas motivações e responsabilidades (L.Z. Machado, 2002, 2004).

O trabalho da Psicologia com homens autores de violência exige um olhar sobre intencionalidades, motivações, consequências e percepções a respeito da própria ação violenta, considerando a dialética entre individual e social, desejo e identificação, sujeito e cultura. Além do mais, é uma intervenção motivada, geralmente, por demandas externas ao sujeito (como decisões judiciais que o obriguem ao acompanhamento) em que a instância do desejo, tão importante para o atendimento psicológico, precisa ser resgatada ou ressignificada (Toneli et al., 2010).

Essas considerações abrem caminho, assim, para que as intervenções com homens autores de violência sejam construídas com foco na reflexão e na responsabilização por suas atitudes, práticas e crenças pautadas em desigualdades de gênero e violências contra mulheres. Para além de tais questões, que sejam problematizados também a construção da subjetividade e o exercício da cidadania por sujeitos de direito (e de desejo) e que se extrapolem padrões de controle e normatização, como bem destaca Medrado e Mélo (2008):

Os educadores, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, em particular, deveriam reconduzir todo esse “setor do trabalho social” (Foucault, 2003, p. 79) em um

movimento que aposte na possibilidade de todas as nossas relações humanas serem colocadas em questão. Mais do que um espaço de tratamento, que seja criado um espaço de escuta. Obviamente, não é a busca de um final novelesco feliz, mas da instauração da dúvida sobre as certezas que levaram ao acontecimento violento e às medidas jurídico-legais generalizantes. Apostamos nisso: nessas condições de circulação da diversidade para se refazer escolhas e para se contrapor à violência. (p. 85)

## **2.2 Repensando a prática do/a psicólogo/a a partir dos desafios e angústias do trabalho com violência doméstica contra a mulher.**

Problematizar a atuação de psicólogos/as em situações de violência doméstica contra a mulher traz à tona diferentes desafios, sejam de níveis técnicos, institucionais e/ou pessoais. Com muitos desses desafios emergem angústias diversas que podem se relacionar a elevados níveis de sofrimento ao sujeito, em âmbito profissional e/ou pessoal. A seguir, nos propomos a repensar a prática do/a profissional de Psicologia a partir de alguns dos principais desafios e angústias que permeiam tal área de trabalho.

A compreensão do fenômeno da violência, como exposto anteriormente, em suas diversas dimensões (ética, política, filosófica, cultural e/ou social) é fundamental para a formação de um alicerce teórico sobre o qual o profissional vai estruturar sua prática. Porém, é preciso encarar que apesar de todo o arcabouço teórico a qual se possa recorrer, a violência permanece com seu intenso potencial mobilizador e desestabilizador de subjetividades – seja da subjetividade daquele que a sofre, daquele que a comete ou dos demais atores envolvidos, como profissionais que são chamados a intervir nas situações.

O campo de conhecimento da Psicanálise contribui com a Psicologia para entendermos melhor as percepções e mobilizações geradas a partir de atos violentos. Freud (1933/2006) discorre sobre a contínua e insistente revolta das pessoas quanto a guerras e violências, não conseguindo enxergá-las, por exemplo, como calamidades ou consequências naturais das relações humanas.

Algumas razões são apontadas pelo autor para tal fato, como: o direito à vida de todos os seres humanos; o aniquilamento da esperança que as guerras promovem; as humilhações e sofrimentos envolvidos (que muito explicam da perplexidade sentida em tais situações). Freud (1933/2006) se estende, porém, em um ponto fundamental: “Penso que a principal razão por que nos rebelamos contra a guerra é que não podemos fazer outra coisa. Somos pacifistas porque somos obrigados a sê-lo, por motivos orgânicos, básicos.” (p. 207). Esta inevitável oposição à guerra é exposta, então, como consequência natural do processo de evolução cultural (ou civilizatório), que se baseia em duas premissas principais: o fortalecimento do intelecto e seu maior controle sobre as pulsões; e a internalização de impulsos agressivos. E assim o autor

conclui que se acreditamos e estimulamos a civilização, precisamos inevitavelmente nos opor à guerra.

O desenvolvimento do indivíduo segue percurso similar ao processo civilizatório no que diz respeito à ação sobre as pulsões e à internalização da agressividade. Estes dois movimentos se atualizam continuamente na constituição do humano configurando-se distintamente a partir das subjetividades e apresentando-se de maneiras diversas para cada indivíduo (Freud 1930/2006).

Podemos concluir que esses movimentos, inconscientes e ambíguos, são comuns a todos nós e que em alguns, como resultado, surge a violência. Esta percepção nos permite aproximação e reconhecimento da dimensão do humano no próprio fenômeno da violência. Desse modo, falar da violência do outro pode representar de certa forma uma fala sobre a própria violência e sobre o tecido simbólico desse fenômeno que permeia e envolve a todos em suas ambiguidades e contradições.

Ao reconhecer esse contato ambíguo com a violência (do outro, mas também de si), o/a profissional de Psicologia precisa estar atento às emoções e aos sentimentos que a situação lhe suscita (Diniz & Angelim, 2003; Penso, Brandão & Almeida, 2010; Ribeiro & Costa, 2007; Ravazzola, 2003). O reconhecimento das emoções, destaca Ribeiro e Costa (2007), tem uma importância ética para o/a psicólogo/a: ao reconhecê-las e assumi-las, o/a profissional reflete sobre sua própria subjetividade, se responsabiliza e consegue estar com o outro em uma relação de respeito.

Por outro lado, esse reconhecimento traz o desafio de como lidar com os sentimentos que são despertados em nós. Diniz e Angelim (2003) ressaltam que:

O contexto de perplexidade e, muitas vezes, revolta em que os episódios de violência doméstica nos colocam, faz com que tendamos a vê-los como algo que só acontece nos relacionamentos ruins, nas famílias desajustadas e entre pessoas desequilibradas. Tal concepção é mais um mito. Constitui um desafio, portanto, lidar com nossa tendência a patologizar as pessoas e suas relações. (p. 24)

Dificuldades em reconhecer e assumir os próprios desafios profissionais e pessoais podem contribuir para que o/a profissional se renda a algumas banalizações, não questione mitos e preconceitos e acate explicações simplistas e reducionistas para fenômenos complexos. O mito da não violência do povo brasileiro discutido no Capítulo II, por exemplo, mantém um processo de banalização ou naturalização da violência que pode gerar certa indiferença ou incapacidade de perceber criticamente a situação (Chauí, 2003). Contribuem para esse processo ainda as imagens idealizadas de família ou de relação amorosa como, exclusivamente, porto seguro no desenvolvimento dos sujeitos e as falácias de que é fácil falar ou lidar com a violência (Diniz e Angelim, 2003).

Ravazzola (2003) alerta ainda para os riscos do/a profissional não conseguir identificar seus sentimentos e crenças e passar a funcionar no mesmo jogo de anestésias relacionais que sustentam o ciclo da violência familiar. A autora explica que famílias ou casais que vivenciam situações de violência apresentam lógicas de pensar, de se emocionar e de agir articuladas, que favorecem a repetição do ciclo da violência. Neste ciclo, participaria diferentes atores: a pessoa que comete a violência, a pessoa que a sofre e as pessoas do contexto, que de alguma forma testemunham ou participam da situação.

Uma tendência comum no ciclo é o que a autora chama de “duplo cego” ou “não vemos que não vemos” (Ravazzola, 2003, p. 89) que sustentam as anestésias relacionais. Resumidamente, tanto quem comete como quem sofre a violência não vêem os fatos como violência, ou não os consideram graves, ou os entendem como fatos isolados que devem ser esquecidos ou minimizados em prol de algo que seja valorado mais positivamente, como a união da família, o cuidado com o outro, a garantia do respeito, da obediência ou das próprias normas e papéis sociais de cada um. Em muitas situações, os atores do contexto apresentam ideias e posturas similares a estas, o que representaria uma tendência mais forte para não se questionar o ciclo nem as crenças e atitudes que o alimentam.

Porém, se um desses atores consegue interromper essa articulação, promovendo mudanças em suas percepções e ações, novas possibilidades surgem para as dinâmicas relacionais. Ravazzola (2003) ressalta que os profissionais que intervêm na situação são os que têm mais recursos, e também responsabilidades, a se opor às anestésias relacionais que estruturam esse sistema cíclico:

Al ser conscientes de la relevancia de nuestras acciones y discursos tenemos que aprender a registrar e recuperar sistemáticamente nuestro propio malestar, además del malestar que les toca registrar a las instancia protagónicas. Cada vez que lo negamos o lo minimizamos,..., reforzamos involuntariamente una lógica que admite que ocurran nuevos episodios de violencia, participando de una anestesia que los próprios protagonistas del sistema no registran como tal. Recuperar esse malestar nuestro es, entonces, un imprescindible punto de partida para producir una perturbacion en estos sistemas tan estables. (pp. 90-91)

Podemos concluir pelo exposto que o reconhecimento do/a profissional de sua própria subjetividade e sentimentos vivenciados torna-se essencial para a própria intervenção técnica nas situações de violência, além de ser fundamental na (re)afirmação pessoal e ética do/a profissional. O movimento entre o pessoal e o profissional deve se estruturar dialeticamente de forma que seja possível um trânsito constante entre ambos que possibilite uma construção conjunta e complexa da práxis psicológica.

Da mesma forma, a atuação do/a profissional precisa se estruturar na dialética entre o que é singular de cada sujeito e o que é objetivamente definido como regras e parâmetros sociais

e políticos. O que se define como violência, por exemplo, precisa ser entendido a partir dessa compreensão dialética. Apesar de existirem diferentes formulações objetivas e legais quanto a essa definição, cada pessoa pode estabelecer parâmetros subjetivos do que encara ou não como violência, colocando-se muitas vezes em alto risco por tais avaliações subjetivas (Diniz e Angelim, 2003).

Em tais circunstâncias, o/a profissional precisa estar atento para promover um espaço de escuta do sujeito buscando compreender suas percepções e facilitar reflexões sobre a questão. Porém, a intervenção não pode perder de vista as definições legais de violência, a avaliação dos fatores de risco e a perspectiva dos direitos humanos na proteção a uma vida digna e sem violência a todos/as.

Possíveis conflitos entre as obrigações legais da profissão e as dinâmicas do processo de ajuda são também apontados por Machado (2007) como dilemas técnicos vivenciados pelos/as psicólogos/as. A autora discorre sobre situações de violência que pelas legislações locais o/a profissional tem o dever de fazer a denúncia mesmo que o seu conhecimento da situação tenha sido decorrente de atendimento clínico e que a pessoa atendida que sofreu a violência não tenha consentido com a denúncia. Em tais situações, o/a profissional pode, inclusive, perceber que a denúncia não necessariamente representará a proteção esperada para a vítima ou que significará o abandono dela do atendimento. Dilemas assim entre o que seria terapêuticamente desejável e o que seria obrigação legal e ética podem gerar diversas angústias aos/às psicólogos/as.

Para além das questões vinculadas à problemática da violência, é possível discutir outros desafios e angústias que surgem com a demarcação da violência no território (físico e simbólico) do doméstico, onde a privacidade, intimidade e afeto se inscrevem como constituintes das relações. Diferente de situações em que a agressão acontece entre estranhos, a violência doméstica ocorre entre pessoas que mantêm ou mantiveram relações de afeto, que têm uma história construída conjuntamente e que compartilham de valores e redes sociais em comum.

Essa conjuntura apresenta, assim, seus complicadores, com os quais psicólogos/as precisam lidar. Diniz e Angelim (2003) falam de “situações de afeto cindido e distorcido” (p. 23), uma vez que aquele a quem culturalmente é atribuído a tarefa de cuidar ou dar carinho é também o que violenta. Ressaltam ainda que episódios de violência, frequentes ou esporádicos, não são os únicos definidores da relação, pois esta também contém vínculos afetivos envolvidos em diversas teias de elementos, como histórias de vida, recursos de personalidade de cada pessoa, maneiras diversas de lidar com necessidades e frustrações, desejos e expectativas; e valores e crenças sociais referentes à conjugalidade e à violência.

As dimensões entre o privado e o público nas relações afetivas, podem representar para famílias ou casais em situações de violência doméstica ainda mais silêncios, segredos e isolamentos. O silêncio, muitas vezes associado a sentimentos de culpa, vergonha ou medo,

pode se colocar tanto como uma forma de esconder das outras pessoas a situação vivida quanto como uma forma de enfrentamento da situação – elas se calam para evitar conflitos e brigas, melhorar a relação e tentar atenuar a violência do parceiro (Diniz e Pondaag, 2004).

Todos esses sentimentos acarretam prejuízos ao desenvolvimento e saúde mental dos envolvidos e um isolamento de suas redes sociais de apoio, que passam a se configurar de forma restrita e frágil, dificultando ainda mais o enfrentamento da situação de violência (Sluzki, 1997). Em tais circunstâncias, os/as profissionais precisam explorar os sentidos do silêncio, compreender as dimensões e riscos de tantos segredos e trabalhar o fortalecimento dos vínculos com a rede social como uma forma de cuidado e apoio aos sujeitos.

Além do mais, alerta C. Machado (2004) que o/a profissional precisa estar atento para não desenvolver sentimentos de hiper-responsabilização pela segurança e o cuidado do outro. Por estar lidando com histórias de muitos segredos e pouco suporte social, o/a psicólogo/a pode se perceber (ou ser percebido) como a única fonte de apoio e o responsável pela segurança ou pela vida do outro. A autora discute sobre o importante equilíbrio que o/a profissional precisa encontrar entre a necessária empatia com os clientes e um hiperenvolvimento com eles, alertando ainda que:

De fato, acreditarmos que efetivamente sabemos melhor do que os nossos clientes como devem gerir as suas vidas e alimentarmos o mito de que a mudança depende unicamente do que ocorre no espaço terapêutico (uma hora apenas das cento e sessenta e oito que vivemos na semana), não são apenas falácias teóricas mas também o passaporte para a culpa e a sensação de impotência. (p. 409)

Sentimentos de impotência são, inclusive, apontados em muitas pesquisas como fonte de angústia e sofrimento dos/as profissionais que atuam em situações de violência contra a mulher (Barros, 2010; Lobo, Almeida e Brasil, 2010). Há a preocupação de o/a profissional atingir um nível maior de estresse (*burnout*), quando a tensão emocional, as sensações de esgotamento, a insatisfação e a falta de motivação representam forte impacto na saúde dos/as profissionais (C. Machado, 2004; Penso et al. 2010; Ribeiro & Costa, 2007).

Barros (2010) ressalta o quanto tais sentimentos levam o sujeito à “reedição de conteúdos inconscientes de fracasso ou de ameaça à sua imagem narcísica de competência” (p. 368), o que exige também da instituição espaço e acolhimento para tais processos de ressignificação simbólica. Lobo et al. (2010) expõe o quanto esses sentimentos podem aproximar as profissionais (sua pesquisa foca em profissionais mulheres) de estratégias de não-envolvimento ou mesmo de afastamento da questão da violência, alegando respeitar a privacidade alheia.

Outro ponto que merece ser analisado com cuidado diz respeito aos impactos que o trabalho com violência pode acarretar nas relações pessoais, familiares e conjugais dos/as profissionais. Pesquisas demonstram que muitas vezes se desenvolve sentimentos de hiper-

vigilância nas relações pessoais com a constante preocupação de identificar vestígios ou indicativos de violência e se identifica um aumento no sentimento de vulnerabilidade e de desconfiança interpessoal dado pelo (re)conhecimento de fatores de risco ou de dinâmicas relacionais que se aproximam de situações de violência. Os/as profissionais relatam, assim, dificuldades nos relacionamentos interpessoais e amorosos ou mesmo mudanças de atitudes nas relações afetivas com filhos/as e/ou companheiros/as (Barros, 2010; Lobo et al., 2010; C. Machado, 2007; Penso et al. 2010).

Podemos perceber, então, que o fenômeno da violência quando inscrito nas relações de afeto tem o potencial de promover nos/as profissionais (re)questionamentos de suas condutas interpessoais e de suas dinâmicas relacionais. Este movimento contribui para uma importante e necessária reflexão ética dos profissionais, em que é possível emergir concordâncias ou contradições em relação aos valores sociais atribuídos ao masculino e ao feminino e às relações conjugais e familiares.

Esses valores estão expressos em muitos mitos que envolvem as questões de gênero, a vida conjugal, a convivência familiar e os conflitos e violências que podem existir nesses contextos. São mitos que permeiam o imaginário social, geram distorções, silêncios e preconceitos e oferecem explicações simplistas e causalidades únicas e lineares a fenômenos complexos (Guimarães, 2009). Como profissionais temos a responsabilidade de refletir e nos posicionarmos criticamente sobre os mesmos, além de identificar o quanto eles estão impregnados em nossas crenças e práticas profissionais.

Nesse sentido, retomamos a importância da perspectiva de gênero para passar essas reflexões teóricas e práticas de modo a não reforçarmos estereótipos de gênero, estarmos atentos às desigualdades de poder e suas consequências, não naturalizarmos práticas sociais violentas, superarmos visões dicotômicas e simplistas da relação “vítima x agressor”, não revitimizarmos as mulheres e não promovermos uma demonização dos homens autores de violência, como doentes, delinquentes, deficientes ou desajustados (Angelim, 2009; Lago et al., 2010; Medrado & Mélo, 2008; Narvaz e Kooler, 2007).

A caracterização do homem autor de violência doméstica como louco, doente e/ou alcoolista, inclusive, é um dos mitos destacados pela pesquisa de Guimarães (2009). A tentativa de psicopatologizar a questão da violência doméstica não é comprovada por pesquisas científicas que demonstram ser uma pequeníssima parcela de homens que agredem suas companheiras e apresentam alguma psicopatologia. Tais argumentos contribuem para uma minimização e desresponsabilização dos atos violentos cometidos, além de obscurecerem a compressão das hierarquias e contradições sociais de gênero inerentes ao fenômeno (Guimarães, 2009; Saffioti, 1999). Segue esta mesma linha de raciocínio o mito do álcool como o grande causador da violência conjugal. Entendemos o álcool como um potencial agravante e/ou fator



precipitante da violência que se associa assim as demais dimensões envolvidas na problemática da violência doméstica (Guimarães, 2009).

Mitos que estigmatizam ou patologizam as mulheres em situação de violência também são comuns no imaginário social e às vezes até em laudos psicológicos e decisões judiciais (Guimarães, 2009), e por isso os profissionais precisam estar atentos para essa problemática. Falar em masoquismo, ou que mulher gosta de apanhar já que se mantém na relação ou que é ela que “provoca” seu companheiro são maneiras distintas de expressar tais ideias.

Como já expomos, situações de violência doméstica mantém dinâmicas relacionais complexas, ambíguas e, muitas vezes, contraditórias, e os/as profissionais precisam valer de suas fundamentações teóricas e de sua principal habilidade, enquanto psicólogo/a, de escuta e compreensão de subjetividades. Caso contrário, o/a psicólogo/a pode se render a explicações simplistas e errôneas sobre o fato, por exemplo, das mulheres permanecerem nos relacionamentos; ou pode focar em soluções prontas e superficiais, como acreditar que a única e mais eficaz forma de interromper uma situação de violência doméstica é o rompimento do vínculo afetivo com o companheiro.

Um construto teórico que pode auxiliar na compreensão das dinâmicas relacionais em situações de violência doméstica é o conceito de ciclo da violência doméstica, proposto por Walker (2009). A autora expõe que é possível identificar nestes relacionamentos certos padrões cíclicos de funcionamento. O ciclo seria composto por três fases principais: (1) o momento da construção da tensão, (2) a tensão máxima e (3) a fase da lua de mel.

A construção de tensão se refere a momentos de desacordos e conflitos não resolvidos, em que não necessariamente há a presença de atos violentos ou há atos considerados de menor gravidade pelos envolvidos. Como o próprio nome sugere, a tensão vai se acumulando até que culmina em uma tensão máxima, que geralmente é percebida como um excesso, podendo ou não ser nomeada como violência. Muitas vezes após esse ato, surge o arrependimento e muitas promessas de mudanças que marcam um período de reconciliação, descrita por Walker (2009) como fase de lua de mel.

Um agravante em relação à ocorrência do ciclo da violência doméstica é que ele tende a se repetir de forma mais acelerada e mais intensa. Assim, as fases de construção de tensão e de lua de mel tornam-se mais curtas e episódios de violência cada vez mais graves, em um escalonamento da violência (Walker, 2009). Outro agravante é que os momentos de reconciliação surgem mais como um pacto de silêncio sobre a ocorrência anterior e como promessas abstratas de mudanças sem uma reorganização concreta que possibilite novas formas de agir e pensar. Afinal, é próprio do fenômeno essa quebra ou interposição da linguagem que gera ainda mais dificuldade ao casal de se comunicar, de fato, de forma assertiva e eficaz.

Dessa forma, é que a fase de lua de mel logo cede a novos momentos de construção de tensão, promovendo a continuidade do ciclo. Aliar esse construto proposto por Walker (2009)

com as teorias de Ravazzola (2003), que também abarcam essa dimensão cíclica dos relacionamentos, contribui para uma melhor compreensão da frequente perpetuação da violência nos relacionamentos amorosos e também da continuidade desses relacionamentos marcados pela violência.

Além do mais, tais teorias contribuem para percebermos a dimensão subjetiva de cada pessoa envolvida no relacionamento e, principalmente, a nossa responsabilidade enquanto profissionais de facilitar o (re)conhecimento dessas dinâmicas relacionais, propiciar reflexões que promovem interrupções no ciclo e atuar de forma a não alimentar o movimento de repetição e anestésias.

Outra questão importante a ser problematizada refere-se ao fato da Psicologia ser vista como a profissão do cuidado e da ajuda e o quanto tradicionalmente ser composta por profissionais mulheres (Barros, 2010; Penso et al., 2010). É essencial refletirmos mais sobre essa problemática: como podemos em uma perspectiva de gênero entender a prática da psicóloga e do psicólogo no cuidado com mulheres que sofreram violência de seus companheiros ou com os homens que cometeram tais violências?

Barros (2010) em sua pesquisa se propõe a estudar mulheres que cuidam de mulheres justificando-se por serem elas a maioria no sistema de saúde, pela função de cuidar ser atribuída às mulheres na tradicional divisão sexual do trabalho, pela necessidade de estudos sobre os sofrimentos inerentes ao trabalho, em específico ao trabalho com violência, e pelo interesse em compreender como questões de gênero perpassam todas essas problemáticas. Toneli et al. (2010), por outro lado, defende que as intervenções com homens autores de violência doméstica precisam ser feitas por profissionais homens para facilitar empatias, identificações e quebra de resistências.

Defendemos, porém, que é necessário superar essa compreensão dualista e limitada de gênero e problematizar como masculinidades e feminilidades podem ser trabalhadas e (re)pensadas a partir de compreensões de gênero, violência e subjetividade. E que tais problematizações propiciem novas possibilidades de ser e devir não apenas para aqueles/as que sofreram ou cometeram violência, mas para os psicólogos e as psicólogas que puderam juntos refletir e (re)construir novos posicionamentos éticos e políticos.

Por fim, como último desafio a ser aqui apontado, destacamos a função que a instituição e a forma de organização do trabalho têm em propiciar a seus usuários/as e também a seus/suas profissionais espaços de acolhimento, respeito e fortalecimento de cidadanias. O trabalho precisa assim oferecer suporte aos desafios vividos nas práticas profissionais e apoio às angústias e aos sofrimentos que emergem e que precisam ser compreendidos, ressignificados e transformados (Barros, 2010, Lobo et al., 2010). Diante de todos estes desafios e angústias apresentados, é que se faz urgente uma discussão sobre a formação dos/as psicólogos/as.

### 2.3 A formação pessoal e profissional do/a psicólogo/a.

A formação em Psicologia tem sido discutida por muitos estudos brasileiros a partir do enfoque de questões técnicas; desenvolvimento de habilidades e competências; diretrizes curriculares; estruturas acadêmicas e preparação para o mercado de trabalho (Cruz & Schultz, 2009; Lisboa e Barbosa, 2009; Santos, Kienen, Viecili, Botomé & Kubo, 2009). Algumas pesquisas avaliam a relação entre as diretrizes curriculares nacionais e o desenvolvimento das competências e habilidades almejadas para os/as profissionais, destacando, por exemplo, a polissemia ou mesmo a pouca clareza de tais termos (Cruz & Schultz, 2009; Santos et al., 2009).

Para Lisboa e Barbosa (2009), é possível identificar um ponto em comum nas discussões sobre formação: uma grande insatisfação a respeito da formação do/a psicólogo/a brasileiro/a, vista como deficitária tanto em relação a questões técnicas quanto a questões epistemológico-científicas. A multiplicidade teórica, metodológica e filosófica é vista como um dificultador para o estabelecimento de interesses em comum (Figueiredo, 2008) ou para a articulação desse campo de saber (Mitjás Martínez, 2003).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012) admite existir uma defasagem ético-política na formação teórica e técnica do/a psicólogo/a em relação às demandas sociais, o que tem gerado um abismo entre “o que se produz na pós-graduação, o que se implementa na graduação e o que se desenvolve na prática” (p.7). A entidade problematiza que a ausência de um projeto ético-político da profissão que fundamente as diretrizes curriculares nacionais influencia no estabelecimento desse abismo, na percepção de uma realidade mais abstrata que concreta e na atuação do psicólogo mais como um mantenedor do *status quo* do que como um agente de mudança (CFP, 2012).

Apesar das diferentes críticas e propostas sobre formação profissional em Psicologia, podemos perceber que a maioria mantém em comum, propostas que se aproximam de uma psicologia socialmente comprometida, reflexiva, crítica, ética, pluralista, interdisciplinar e capaz de articular epistemologia, compromisso social e condições concretas da realidade (Bock, 2003; Ferreira Neto, 2004; Figueiredo, 2008; Furtado, 2003; Guzzo & Lacerda Jr., 2007; Lisboa e Barbosa, 2009; Mitjás Martínez, 2003). São perspectivas que superam na Psicologia sua tradição conservadora, elitista, idealista e de uma falsa neutralidade que, na verdade, se faz omissa e legitimadora de um *status quo* de desigualdades de poder e de direitos.

Figueiredo (2008) propõe a preparação do/a psicólogo/a a partir de dois eixos principais: formação e treinamento, ressaltando que é preciso cuidar da articulação e do equilíbrio entre eles. Para ele, o treinamento estaria mais relacionado ao desenvolvimento de habilidades e técnicas, o que sem o eixo formativo promoveria confusões e incompetências que caracterizaria uma habilitação vazia ao/a psicólogo/a. Já a formação é pensada por ele como o

oferecimento de um continente e uma matriz que possibilitaria a constituição de um ser-psicólogo/a, elucidando que:

*Ser-psicólogo* é, por exemplo, saber lidar com a multiplicidade sem recorrer às mais fáceis respostas à angústia que sempre nos acomete quando nos defrontamos com o indeterminado: o dogmatismo e o ecletismo....Mas *ser-psicólogo* é também ocupar espaços e posições para lidar com *alteridades*, o que nos remete à dimensão ética e política de nossa profissão. Em outras palavras, *ser-psicólogo*, independente das escolhas teóricas de cada um, implica em situar-se nos campos da epistemologia e da ética, não sendo jamais apenas um feixe de habilidades técnicas. (pp. 151-152)

Podemos destacar dois pontos fundamentais que permeiam essas mudanças paradigmáticas da psicologia: a superação da dissociação entre teoria e prática e a constatação da falida busca por uma neutralidade científica e profissional. Nestes dois pontos, uma figura em comum: o/a psicólogo/a enquanto sujeito. Sujeito que produz conhecimento ao mesmo tempo em que é produzido por ele. Sujeito que atua a partir de sua subjetividade e personalidade que são constituídas, e constituintes, de contextos sociais historicamente construídos (González Rey, 2003, 2007; Mitjans Martínez, 2003).

A articulação entre os conceitos de sujeito, subjetividade e personalidade é proposta, a partir de uma perspectiva histórico-cultural, que entende a subjetividade enquanto processo e configuração a partir da dialética entre subjetividade social e individual. A subjetividade social pode ser definida como a organização subjetiva dos diversos espaços sociais, configurados pela multiplicidade de produções de sentidos que, ao mesmo tempo em que se diferenciam, coexistem em uma determinada sociedade de modo processual, sistêmico e histórico (González Rey, 2003, 2007; Mitjans Martínez, 2003). O vínculo entre a subjetividade individual e social é então estabelecido pelo sujeito. Ao atuar e implicar-se em um espaço social (subjetividade social), o sujeito é capaz de gerar um espaço próprio e diferenciado de subjetivação (subjetividade individual).

A forma como esse sujeito atua, por sua vez, reflete sua personalidade, entendida como as configurações subjetivas dominantes do mesmo. Ao atuar e se implicar em suas diferentes atividades, o sujeito está constantemente se apropriando, a partir de sua personalidade, dessas subjetividades. Ao mesmo tempo, ele está construindo novos processos de subjetivação e permitindo uma re-atualização da própria personalidade, em um processo dialético (González Rey, 2003, 2007; Mitjans Martínez, 2003).

O conceito de personalidade, porém, não deve ser entendido como fator causal do comportamento, mas como fonte de sentido subjetivo para a atividade humana. Os sentidos e configurações subjetivas se atravessam, provocando tensões e contradições que podem evocar mudanças. Os sistemas de sentidos estão em constante devir, sob a influência de outros

sistemas, produzindo novas possibilidades e assim personalidade e subjetividade podem se (re)atualizar por meio da atividade do sujeito.

A necessária releitura do conceito de personalidade é endossada por Pedroza (2003). A autora avalia que a personalidade é uma categoria que revela muitas contradições dentro do campo da psicologia, sendo comum encontrar conceituações que reduzem a personalidade à consciência, a uma formação puramente espiritual ou interna e que desconecta o homem de suas relações sociais reais.

Pedroza (2003) analisa a diversidade de estudos sobre a temática e os diferentes entendimentos presentes até na mesma corrente teórica. A autora cita, por exemplo, a compreensão psicanalítica, ressaltando que muitas vezes a psicanálise é acusada de engessar e limitar sua noção de personalidade a partir de sua conceituação de estrutura. Pedroza (2003), porém, oferece outra leitura para esse aspecto ao argumentar que “a noção de estrutura, na psicanálise, assume, pois, uma dimensão dinâmica tanto do ponto de vista intrapsíquico quanto intersíquico com a introdução da noção de complexo de Édipo” (p. 35).

Neste sentido, entendemos que o modo como uma teoria define personalidade depende dos pressupostos filosóficos que fundamentam sua visão de homem e de mundo e conduzem a diferentes maneiras de fazer pesquisa. Além do mais, a diversidade de definições do conceito exige que explicitemos a base teórica e epistemológica a partir da qual compreendemos o mesmo.

Desse modo, concordamos com a articulação dialética entre sujeito, subjetividade e personalidade proposta pela Psicologia histórico-cultural (González Rey, 2003, 2007; Mitjans Martínez, 2003) e ressaltamos a importante contribuição do materialismo dialético, por teóricos como Vigostki e Wallon, para a visão dinâmica e processual do desenvolvimento humano e para compreensão de personalidade combinada às relações sociais. Vigostki (1929) destaca o quanto as contradições, as oposições e o Outro têm um papel fundamental na construção da pessoa. Na mesma direção, encontramos em Wallon (1934/1949) a definição dialética entre afetividade e cognição na constituição da personalidade, posta no sentido de caráter ou maneira habitual/constante de um indivíduo agir.

É necessário ainda explorar uma outra dimensão desse processo dialético: a ação do sujeito e a atividade pela qual ele se constitui e constitui subjetividades. Essa ação como atividade vital humana é o trabalho – base sobre o qual se desenvolveu a teoria marxista do materialismo histórico e dialético. Para Marx e Engels (1932/2006), é pelo trabalho que o sujeito se conecta com a sua própria existência, (re)construindo formas de agir, pensar e se constituir socialmente.

O trabalho enquanto processo de transformação da realidade é o que confere a especificidade do humano na história e na cultura, entendendo que nesse processo o homem também transforma a si mesmo. É por meio dessa práxis, que o homem firma-se como sujeito

de sua existência, na medida em que constrói um mundo humano, humanizando-se nessa construção (Martins, 2007).

Nesse sentido, é possível perceber quão fundamental é a atividade, a práxis humana, na constituição e desenvolvimento da personalidade, uma vez que o sentido do trabalho mediatiza o sentido da existência e, assim, das configurações subjetivas do psiquismo. Martins (2007) ressalta, porém, um diferencial de trabalhos em que seu produto não se materializa em objetos físicos, mas se revela na relação de um sujeito diante de outro, em uma relação que é por natureza interpessoal e perpassa a promoção da humanização do outro. Em seu livro, a autora fala especificamente sobre o trabalho do professor:

Desta forma, considero que a personalidade do professor é variável interveniente no ato educativo, pois educar exige um claro posicionamento político e pedagógico, pressupõe a ação intencional do educador a todo momento, implica permanentes tomadas de decisões. A intencionalidade, por sua vez, é um pressuposto da consciência, e esta, núcleo da personalidade. Assim sendo, pode-se deduzir que não existe ação educativa que não seja permeada pela personalidade do educador. (Martins, 2007, p. 5)

Apesar de o esboço apresentado discorrer sobre o professor e seu ato educativo, defendemos que tal análise pode muito bem se estender para a compreensão do trabalho do/a psicólogo/a, que responde aos mesmos diferenciais expostos acima. A própria Psicologia tem produzido muito conhecimento a cerca da personalidade e da formação pessoal do professor (Almeida, 2009; Martins, 2007; Pedroza, 2003, 2010; Pechberty, 2007), mas não tem no mesmo nível problematizado tais questões para seus próprios profissionais (Mitjans Martínez, 2003).

Mitjans Martínez (2003) destaca, inclusive, o caráter paradoxal deste fato, uma vez que é própria da psicologia a construção de conhecimentos sobre o funcionamento e o comportamento humano e, de fato, há uma riqueza teórica e metodológica sobre o desenvolvimento humano de profissionais da Educação, o que, entretanto, não tem sido aproveitado para um melhor conhecimento da práxis psicológica. Para a autora, essa práxis precisa abarcar o “desenvolvimento de recursos subjetivos necessários para um trabalho profissional com compromisso social, criativo e transformador” (p. 150).

Nesse sentido, pensar a formação da pessoa do/a profissional significa compreender como ela tem se constituído enquanto sujeito social na construção de uma proposta de atuação e como ela tem atuado enquanto agente do processo de construção do conhecimento, intrinsecamente ligado à formação de sua personalidade, bem como da personalidade das outras pessoas envolvidas em sua atuação (Pedroza, 2010).

A nossa proposta é refletir sobre o desenvolvimento de recursos de personalidade que possibilitem o enfrentamento das dificuldades, desafios e angústia advindos de sua prática e a compreensão de sua realidade, principalmente no que diz respeito ao conhecimento de si, de sua história pessoal e de seus afetos.

O estudo do desenvolvimento de recursos de personalidade do profissional pressupõe um entendimento do desenvolvimento humano não estacionado ou estabilizado na fase adulta, mas continuamente atualizado em um processo histórico, cultural e subjetivo. Este processo fundamenta-se em processos dialéticos, a partir dos quais contradições, oposições e o outro se conectam na constituição do sujeito, ao mesmo tempo, em que são constituídos pela ação do mesmo.

Nesse sentido, é que propomos que a formação do/a psicólogo/a não pode se limitar a questões teóricas e técnicas, mas deve estar atenta para a formação da pessoa do profissional. Para além disso, defendemos que é necessário superar a lógica que dicotomiza pessoal e profissional, pois ambos são dimensões intrínsecas ao processo dialético do ser-psicólogo/a, ou mais precisamente, do devir-psicólogo/a.

A constituição do ser profissional exposta por Pedroza (2003) referente ao professor, é aqui estendida ao/à psicólogo/a:

acreditamos que o ‘ser profissional’ se constitui historicamente na apropriação das experiências práticas e intelectuais, dos valores e normas que regem o cotidiano pedagógico e de todas as relações no interior e no exterior da vida escolar. O professor se constitui nas relações sociais que se estabelecem entre ele e seus pares, seus alunos, suas leituras, sua família, seu lugar na sociedade, etc. (p. 59)

O debate sobre a formação da pessoa é endossado, ainda, por Pechberty (2007) que propõe uma ligação entre a educação e a terapêutica, compreendida por ele como cuidado e preocupação com o outro. O autor estabelece um debate entre a psicanálise e a educação buscando a reflexão do profissional sobre sua posição profissional e as ressonâncias pessoais de sua prática. Para tanto, desenvolve grupos clínicos de análise das práticas docentes que se propõem a permitir um relacionamento, no plano subjetivo, entre o Si pessoal e profissional e suas atitudes inconscientes. A experiência dos grupos possibilita, como expressa Pechberty (2007), “momentos de encruzilhada, de tempos de tomada de consciência e de deslocamento psíquico na subjetividade profissional que têm efeitos de diminuição de angústia” (p. 20).

As dimensões dessa formação pessoal revelam, assim, os desafios ao/à psicólogo/a de olhar para seu próprio processo de desenvolvimento humano e compreender os sentidos e configurações que constituem sua práxis e que são, ao mesmo tempo, constituídos por ela. Além disso, entendemos que a atuação em violência doméstica contra a mulher torna ainda mais complexo esse processo, dado todo o caráter mobilizador, intenso e ambíguo da mesma.

Desse modo, compreendemos ser fundamental uma perspectiva ética e crítica a respeito da formação pessoal de psicólogos/as e do trabalho com violência doméstica contra a mulher. Esse olhar precisa abarcar a dimensão das angústias relacionadas à prática profissional e refletir sobre possibilidades de cuidado e formação da pessoa do/a profissional a partir de sua práxis cotidiana e de suas implicações subjetivas, conscientes ou não. Por fim, pensar nessa formação é

refletir também em como construir espaços de fala e de escuta diferenciados que permitam elaborações psíquicas e tomadas de consciência essenciais ao processo de desenvolvimento humano dos/as psicólogos/as.



### III OBJETIVOS

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho é fazer uma análise das práticas profissionais de psicólogos/as que atuam no atendimento a pessoas envolvidas em situações de violência doméstica contra a mulher a fim de refletir sobre a formação pessoal e profissional do/a psicólogo/a.

Os objetivos específicos que nortearam esta pesquisa foram:

1. Propiciar um espaço de fala e escuta aos/às profissionais de Psicologia que atuam no Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência (SERAV) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).
2. Refletir sobre a formação do/a psicólogo/a a partir de sua práxis profissional.

## IV METODOLOGIA

### 4.1 Pressupostos Metodológicos

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de pressupostos metodológicos de caráter qualitativo, por considerar que estes possibilitam uma compreensão da complexidade do ser humano, enquanto ser biológico, social, cultural e histórico, permitindo abordar o tema desta dissertação. A pesquisa qualitativa em psicologia destaca-se por atribuir ao pesquisador um caráter participativo e próximo da realidade pesquisada.

Nessa perspectiva, a pesquisa participante, ou participativa, se propõe a romper a díade sujeito-objeto: o dito objeto de estudo passa a ser considerado sujeito de pesquisa e o pesquisador não busca mais isenção total de sua subjetividade e de seus valores. Como ressalta Pedroza (2003), nessa forma de pesquisa, o pesquisador mantém a sua identidade, preservando uma distância crítica da realidade e da ação cotidiana do grupo pesquisado para estabelecer uma atitude positiva de escuta e empatia. Além do mais, o pesquisador “reconhece as implicações políticas e ideológicas subjacentes a qualquer prática social e trabalha na transformação da realidade social ou para o desenvolvimento de ações que revertam em benefício coletivo” (Pedroza, 2003, p. 85).

Esse comprometimento do pesquisador com a realidade estudada e com a produção do conhecimento é defendida também por González Rey (2002) ao destacar que o conhecimento é construído pelo sujeito, interativo, motivado e intencional, em suas ideias e posturas teórico-metodológicas.

Por um viés qualitativo, é possível trabalhar com diferentes metodologias de pesquisa. Concordamos com Vigotski (1931/1983) que a escolha de um método de pesquisa está para além de uma afinidade do pesquisador ou de uma proximidade com o objeto de estudo, uma vez que esta escolha exige do sujeito pesquisador um posicionamento a partir de determinada concepção de ciência, de psicologia e de ser humano.

Como destaca Vigotski (1931/1983), “la búsqueda del método se convierte en una de las tareas de mayor importancia de la investigación. El método, em este caso, es al mismo tempo premissa y produto, herramienta y resultado de la investigación” (p. 47). Nesse sentido, Reis (2001) ressalta que para Vigotski a palavra método se remete tanto a metodologias de pesquisa e procedimentos técnicos quanto a métodos de conhecimento. Métodos de conhecimento, nesse sentido, estariam relacionados às epistemologias e suas repercussões e constituições políticas, filosóficas e sociais.

Desse modo, este trabalho se fundamenta a partir de uma abordagem qualitativa em constantes diálogos entre o sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados, proporcionando, a este processo de construção de conhecimento, possibilidades diversas capazes de abarcar a própria complexidade do fenômeno estudado e seus pressupostos e desdobramentos políticos, sociais e éticos. A escolha do método foi feita de modo a conectá-lo com as compreensões teóricas defendidas nesta pesquisa que abarcam as contradições e ambiguidades para os estudos sobre a problemática da violência doméstica

contra a mulher em suas complexas configurações e dimensões sociais, culturais, históricas, subjetivas e inconscientes.

Além do mais, optamos por trabalhar também a partir dos pressupostos advindos da teoria psicanalítica, entendendo, inclusive, sua aproximação com concepções marxistas na medida em que ambos, Freud e Marx, são considerados os mestres da suspeita que questionam os parâmetros de racionalidade, neutralidade e verdade absoluta do conhecimento científico (Guerra, 2010).

Por suas concepções teóricas de realidade e subjetividade, a Psicanálise possibilita a superação da dualidade externo-interno e objetivo-subjetivo, implicando o pesquisador de maneira não neutra, desde sua escolha de tema de estudo à sua escrita e linguagem (Guerra, 2010). A responsabilidade do sujeito, enquanto pesquisador e enquanto humano sobre o qual tais saberes incidem, exige um cuidado metodológico e coerente que entenda a dimensão da subjetividade no processo científico sem que isso traga questionamentos da legitimidade do mesmo (Freud, 1913/2006).

Para Freud (1923/2006), a psicanálise refere-se, para além de uma construção clínica e um método de tratamento, a “um procedimento de investigação dos processos psíquicos, que, de outra forma, mal seriam acessíveis” (p. 253). Deste modo, temos como marcante na produção científica de base psicanalítica a palavra do sujeito e o interesse naquilo que o constitui na sua particularidade, enquanto humano genérico e singular.

Neste trabalho, a metodologia psicanalítica aparece a partir da contribuição da técnica de formação em grupo proposta por Balint (1988), que se propõe à escuta subjetiva e à análise das práticas profissionais.

#### **4.2 O método a partir da técnica do Grupo Balint: compreensões teóricas e procedimentos práticos**

Michel Balint foi um médico e psicanalista húngaro que atuou, principalmente, na Inglaterra nos anos 1940, após transferir-se para este país por conta das perseguições da Segunda Guerra Mundial. Em sua formação inicial, Balint sofre forte influência de Ferenczi, sendo considerado por muitos como o continuador de sua obra.

Balint estuda e trabalha com a Psicanálise desde 1925, apresentando grandes inovações ao próprio método psicanalítico. Segundo Peixoto Junior (2013), “valorizando grandemente a independência de pensamento e recorrendo sempre a argumentações consistentes, Michael Balint deve ser considerado um personagem essencial na história do movimento psicanalítico, se a psicanálise ainda pretende continuar a se reinventar” (p. 18).

Marca característica do trabalho de Balint é seu interesse no potencial terapêutico psicanalítico para além do setting clínico tradicional, permitindo que a psicanálise saísse de seu quadro habitual e atuasse em outros contextos, ocupando-se, principalmente, da elaboração psíquica no grupo (Brandt, 2009b; Pechberty, 2007; Pedroza, 2010).

Sua técnica era inspirada no sistema húngaro de supervisão e articulada a estudos mais aprofundados sobre métodos de grupo. Os primeiros grupos foram desenvolvidos na Clínica Tavistock em Londres em parceria de sua esposa, Enid Balint (Peixoto Junior, 2013). Os grupos eram realizados com médicos generalistas e trabalhadores sociais dessa clínica com o propósito de formação e com o desafio de torná-los “conscientes e sensíveis a processos inconscientes – sem oferecer a eles o bem provado método de análise pessoal” (Balint, 1988, p. 259).

Apesar de no início dos trabalhos de Balint, os grupos terem recebido diferentes nomenclaturas, como conferência sobre casos clínicos, seminário de pesquisa, grupo de discussão (Balint, 1988), o autor sempre deixou claro que seus objetivos não eram psicoterápicos. Para demarcar essa diferença, Balint criou os conceitos de transferência e contratransferência pública x privada, definindo a primeira dimensão como o foco de suas intervenções grupais. Deste modo, a transferência/contratransferência pública diz respeito a conteúdos comuns e compartilhados entre os sujeitos de profissões e atuações semelhantes; enquanto a privada se circunscreve aos conteúdos mais íntimos que não devem ser expostos neste contexto, por ser sem fins psicoterápicos e sem a devida preservação da intimidade (Balint, 1994; Brandt, 2009a).

O método criado por Balint consistia em propiciar aos profissionais um ambiente de confiança para que eles pudessem falar no grupo, a partir da associação livre, sobre suas experiências com seus pacientes e sobre como eles entendiam cada caso ou relação estabelecida, ou seja, facilitar que as transferências e contratransferências públicas pudessem emergir na fala de cada profissional capacitando-os para “visualizar, de certa distância, seus próprios métodos e suas reações frente ao paciente que fossem úteis e suscetíveis de compreensão e desenvolvimento” (Balint, 1988, p. 260).

A manifestação dessas transferências e contratransferências públicas propicia a todos os participantes do grupo, a oportunidade de entrar em contato não só com a dimensão cognitiva das experiências do profissional, mas principalmente com a dimensão emocional e inconsciente das mesmas. Isto possibilita aos participantes, que atuam profissionalmente na mesma atividade, o surgimento de reconhecimento mútuo, de empatia entre os colegas (Brandt, 2009a), de uma tomada de consciência e um deslocamento psíquico que tem efeito na diminuição da angústia do sujeito (Pechberty, 2007; Pedroza, 2010).

Tais possibilidades demonstram que apesar de os grupos não apresentarem fins psicoterápicos, é possível identificar efeitos de cuidado terapêutico sobre os participantes (Pechberty, 2007) e uma transformação considerável da personalidade do profissional (Balint, 1988). A partir de tais perspectivas, entendemos a técnica baseada em Balint como um espaço de formação pessoal do/a profissional, no sentido do desenvolvimento de recursos de personalidade que permitem um conhecimento de si, de sua posição profissional e das

ressonâncias pessoais, conscientes ou não, em jogo com o saber, com suas atitudes e em suas tomadas de decisão (Almeida, 2012; Pechberty, 2007; Pedroza, 2010).

O papel do coordenador do grupo é fundamental, uma vez que a técnica preconizada no grupo fundamenta-se nos mesmos princípios de atenção e cuidado que se espera que o profissional consiga estabelecer com o outro em sua prática cotidiana. Como expõe Balint (1988), “o chefe do seminário pode demonstrar no ‘aqui e agora’ o que precisamente deseja ensinar” (p. 265).

O coordenador deve conduzir a reflexão com os participantes no sentido de criar um clima empático e caloroso entre eles, permitindo a livre expressão de todos/as e possibilitando que cada um se expresse como e quando desejar. Nestas circunstâncias, cabe ao coordenador identificar na fala dos participantes os significantes utilizados, os lapsos e suas associações pessoais; refletir sobre os limites da própria escuta e a dos demais; falar apenas quando realmente surgir a demanda sua e/ou do grupo; e se expressar consciente que sua função não é ensinar ou julgar (in)verdades, mas facilitar que novos sentidos sejam construídos e que novas possibilidades se abram para que os participantes (ajudados pelo coordenador e pelo o grupo como um todo) compreendam suas próprias implicações e ações (Balint, 1988; Brandt, 2009a; Pedroza, 2010).

A partir de tais descrições, entendemos o coordenador do grupo em uma relação sem hierarquia e com igualdade com os demais participantes e, deste modo, como um sujeito que também precisa estar atento às suas transferências e contratransferências públicas no grupo, às ressonâncias pessoais de suas práticas profissionais e às tomadas de consciência que a condução do grupo lhe propicie. Nesse sentido, Brandt (2009b) ressalta que:

Sempre que foi convocado a apresentar-se como líder que sabe sobre relações adequadas ou sobre medicina ou doenças, ele [Balint] se eximiu. Assim, em seu grupo as projeções que seriam direcionadas a um Ego dominador, de líder, de saber, são mais bem distribuídas entre os participantes. O Ego do analista não se propõe como Ego grupal e o analista surge não como modelo, mas como aquele que propõe a pesquisa e se engaja nela. (Brandt, 2009b, p. 52)

A proposta de Balint constituía-se como grupos de pesquisa da relação médico-paciente e de análise de práticas profissionais, com o objetivo não de estabelecer um modelo de intervenção, mas de possibilitar novos espaços de investigação e formação dessas práticas (Brandt, 2009a; Missenard, 1994). Nos grupos, a escuta não se limita ao sentido literal ou restrito veiculado pelas palavras do discurso, mas a partir dos níveis de efeitos que elas produzem e dos sentidos subjetivos que podem reproduzir (Pedroza, 2010).

Como objetivos dessa técnica, podemos destacar: a reflexão e a pesquisa sobre as dimensões subjetivas, relacionais, psicossociais e institucionais da realidade material e psíquica da prática profissional; a identificação de angústias e sofrimentos desta prática; uma tomada de

consciência e um deslocamento psíquico que permita a elaboração psíquica e a ressignificação de sentidos e de conteúdos inconscientes; a transformação da queixa; a produção de novas possibilidades de compreensão e ação; e a consolidação de espaços de formação pessoal e desenvolvimento da personalidade dos/as profissionais (Almeida, 2009; Pechberty, 2007; Pedroza, 2010).

A partir da técnica proposta por Balint, diferentes abordagens surgiram e se consolidaram em diálogo com outros teóricos e com focos diferenciados nos próprios construtos teóricos elaborados por ele. Atualmente, podemos identificar diferentes apropriações de sua técnica, aplicadas em contextos e com objetivos diversos da clínica médica (Brandt, 2009b; Gelly, 1994; Pedroza, 2010).

Inspiradas nas intervenções de Balint, construímos uma proposta de grupo de pesquisa e análise de práticas profissionais de psicólogos/as que trabalham com situações de violência doméstica contra a mulher a fim de discutirmos sobre a formação pessoal de profissionais da Psicologia que atuam nesta temática. Os objetivos e os entendimentos sobre a construção e coordenação dos grupos anteriormente apresentados coincidem com nossa visão da técnica e com nossa proposta metodológica.

Além do mais, a escolha por tal método se fundamenta ainda na nossa compreensão de que ele propicia aos participantes do grupo experiências que refletem as ambiguidades e contradições de afetos e ações próprios do trabalho do/a psicólogo/a com violência doméstica contra a mulher. A forma como o processo de fala e escuta é construída e vivenciada no grupo propicia um movimento de deslocamento psíquico entre dimensões profissionais e pessoais e seus conteúdos conscientes e inconscientes possibilitando tomadas de consciência e construção de novos sentidos. Esses aspectos nos permitem, assim, compreender esta pesquisa também como um espaço de intervenção.

Deste modo, nossa pesquisa foi realizada a partir de cinco encontros em grupo com psicólogos/as que trabalham em um mesmo serviço de atenção à violência. Os grupos tiveram duração de uma hora e trinta minutos e foram coordenados por mim. No início, esclareci aos participantes a proposta dos encontros em grupo como de propiciar espaços de fala e escuta sobre angústias profissionais e pessoais relacionadas ao trabalho com violência doméstica contra a mulher. Ressaltei que não era um grupo terapêutico, ainda que pudesse apresentar efeitos terapêuticos sobre os/as participantes.

Os encontros se estruturavam a partir de um espaço inicial para que cada um/a dos/as participantes expusessem de forma sucinta uma angústia ou algo que o/a estivesse mobilizando relacionado ao trabalho, podendo abarcar desde questões institucionais a casos específicos de atendimento. Após a exposição de todos/as, cada participante elegia das questões apresentadas a que considerava mais importante de ser explorada e aprofundada naquele encontro. A ideia, neste momento, não era de se produzir uma escolha grupal ou um consenso entre eles, mas que

cada um pudesse se posicionar frente à angústia do outro ou da sua própria, sem que fosse necessário, inclusive, justificar sua escolha.

A questão mais votada tornava-se, então, o foco daquele encontro. Um maior espaço de fala era dado ao/à participante referente à questão escolhida para que ele/a pudesse explicar melhor a angústia trazida e, a partir de associações livres, expressar seus sentimentos e compreensões sobre a questão. Em seguida, os/as demais participantes eram convidados/as a esclarecer dúvidas e a problematizar os pontos que julgassem pertinentes com o/a participante relator/a da situação. O grupo podia então discutir livremente sobre as questões que surgiam e eu, enquanto coordenadora, mediava algumas falas, intervindo quando julgasse importante, de modo a buscar manter a empatia e o respeito no grupo e possibilitar novas maneiras de olhar, interpretar e se implicar nos pontos discutidos.

Próximo ao fim do encontro (faltando cerca de 15 minutos para o término), indicava a finalização da discussão e a fala era reconduzida ao/à participante escolhido/a para discutir sua questão para que ele/a pudesse concluir relatando como havia sido para si falar mais sobre suas angústias e escutar os/as demais participantes sobre a problemática apresentada, buscando explorar como ele/a se percebia nesse processo reflexivo empreendido junto com o grupo. Após essa fala, o encontro era encerrado.

#### **4.3 A pesquisa: contextos e participantes**

A pesquisa foi desenvolvida no Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência (SERAV) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A escolha deste contexto decorre do fato de este ser um dos poucos serviços do Distrito Federal que trabalham com violência doméstica contra a mulher abarcando tanto a dimensão das mulheres em situação de violência quanto a dimensão dos homens autores dessas violências. Além do mais, nesta instituição a atuação dos/as psicólogos/as se insere em equipes multidisciplinares no âmbito da justiça. Todas essas características, assim, apresentam pontos coincidentes com a fundamentação teórica deste trabalho.

Este projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciência (CEP-IH) da Universidade de Brasília (UnB) e obteve a aprovação e recomendação necessárias à realização da mesma (Anexo A). O convite para a participação na pesquisa foi feito a todos/as os/as profissionais de Psicologia que atuam no SERAV-TJDFT, em um total de 10. Destes, oito profissionais, sendo seis psicólogas e dois psicólogos, aceitaram participar da pesquisa. Todos/as os/as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) demonstrando estarem cientes de todos os procedimentos legais e éticos da pesquisa em questão (Anexo B).

#### **4.4 Instrumentos e Análise de Resultados**

Os encontros do grupo tiveram o áudio gravado e, posteriormente, foram transcritos por mim. Após cada encontro, eu realizava ainda o registro detalhado em um diário de bordo. Para a

construção dos resultados, foi possível analisar e comparar estes dois registros de modo a ampliar o olhar sobre o processo da pesquisa e, inclusive, elucidar sobre meu próprio processo contratransferencial de pesquisadora participante e psicóloga no desenvolvimento da pesquisa.

Os resultados deste trabalho foram analisados ainda a partir dos objetivos propostos com o método utilizado, buscando uma articulação teórica e ética entre as falas dos participantes, a escuta qualificada e atenta na condução do grupo e uma leitura psicanalítica dos processos estabelecidos de resignificação e elaboração psíquica.



## V RESULTADOS E DISCUSSÕES

“DAS IDÉIAS  
Qualquer ideia que te agrade,  
Por isso mesmo... é tua.  
O autor nada mais fez que vestir a verdade  
Que dentro em ti se achava inteiramente nua..”  
Mario Quintana

Neste capítulo, serão apresentados os resultados e discussões da pesquisa realizada. No primeiro tópico, discorreremos sobre como foi a formação do grupo e as principais questões identificadas no exercício da técnica proposta por Balint. Em seguida, apresentamos a síntese das angústias trazidas pelos participantes nos momentos iniciais dos encontros em grupo, categorizando-as a partir de grupos temáticos. No terceiro tópico, são expostas as questões mais relevantes discutidas ao longo dos encontros do grupo organizadas em quatro subtópicos. Por fim, discutimos a importância de espaços de formação pessoal para psicólogos/as e como o Grupo Balint se apresenta como um desses espaços possíveis.

### 5.1 A formação do grupo e a prática da técnica de Grupo Balint

A relação com a instituição sobre a realização da pesquisa foi, desde o início, muito amistosa. Inicialmente, os contatos foram realizados com a chefia de modo a viabilizar o aceite institucional para a realização da pesquisa e a mediar o contato com os/as profissionais atuantes na área para convidá-los/as a participar da mesma.

O convite aos/as psicólogos/as que compõem a equipe do SERAV foi feito em uma reunião geral da equipe em que estavam presentes também profissionais de outras especialidades e de outros setores do serviço psicossocial do TJDFT. A maioria dos/as convidados/as aceitaram participar e foi possível identificar ainda o interesse de outros profissionais acerca do tema.

Um encontro do grupo foi realizado com os oito participantes da pesquisa e nos demais, em média, seis participantes estiveram presentes, por conta de períodos de férias de alguns e ainda pelo fato de um participante ter desistido. No primeiro encontro, expliquei a proposta do grupo enquanto espaço de pesquisa e formação inspirado no Grupo Balint e destaquei as orientações principais como a exposição de angústias, a expressão por meio da associação livre, o espaço de escuta e a escolha das questões que seriam debatidas em cada encontro.

Quanto ao exercício da técnica do grupo, algumas questões podem ser destacadas que revelam desafios subjetivos em lidar com as angústias ao mesmo tempo em que demonstram o porquê da utilização da técnica do Balint e as possibilidades trazidas por ela no acolhimento e ressignificação dessas angústias.

Uma questão identificada diz respeito ao exercício de trazer para o momento inicial do grupo uma angústia pessoal relacionada ao trabalho. Este é um momento marcado pela singularidade e pela subjetividade, afinal cada participante deve trazer algo que lhe mobiliza. Porém, o que se percebeu foram tentativas dos/as participantes de constantemente associarem suas questões às dos colegas tentando redimensionar a questão pessoal como algo do coletivo, buscando, inclusive, minimizar possíveis divergências. Como podemos perceber nas falas destacadas: “*Eu estou assim um pouco no mesmo sentido que a Bruna colocou...*” (Antônio<sup>2</sup>) ou “*o que a Fabiana falou me fez lembrar de uma coisa que eu estava observando já em mim*” (Danilo).

Esse movimento também era identificado no momento da escolha pessoal de qual angústia trazida seria explorada no encontro do grupo. Apesar de esse ser um momento que a proposta era de uma escolha pessoal sucinta, os participantes tendiam a justificar sempre suas escolhas procurando criar um discurso coletivo e identificar consensos nas falas trazidas ao grupo. No diálogo exposto a seguir podemos perceber tal movimento:

Antônio: *eu entendi que a minha, da Bruna e da Érica estão mais ou menos no mesmo caminho.* (Cecília concorda com ele).

Bruna: *e eu primeiro estava pensando na ideia do Danilo, então...*

Danilo: *pensei que a da Érica complementa a minha...*

Antônio: *acho que a do Danilo e da Cecília também tem um pouco a ver...*

Importantes considerações podem ser tecidas sobre esses movimentos no grupo. Primeiro, eles revelam uma dificuldade de assumir suas próprias angústias e de se posicionar pessoalmente frente às angústias dos outros. Destacamos, assim, as reflexões de Ribeiro e Costa (2007) sobre a importância dos/as psicólogos reconhecerem e assumirem suas emoções para conseguir estar com o outro. Uma segunda questão a ser problematizada refere-se à própria perspectiva da Psicologia de escuta do outro, que precisa ser estendida também a uma escuta de si e a um olhar sobre como a angústia do outro repercute em suas próprias dimensões pessoais e profissionais.

Outro ponto demonstra que esses movimentos de deslocamento, entre o que é seu, o que é do outro e o que pode ser do grupo, possibilitam ao sujeito que ele entre em contato, por meio da fala do outro, com suas próprias questões inconscientes. Esse deslocamento propicia, assim, elaborações psíquicas de conteúdos inconscientes envolvidos em suas angústias. São esses os momentos de encruzilhada, citados por Pechberty (2007), que têm como efeito tomadas de consciência e diminuição da angústia.

Por último, esta circulação da fala entre o sujeito e o grupo possibilitou a construção de relações empáticas e acolhedoras que facilitaram a livre expressão, o reconhecimento mútuo

---

<sup>2</sup> Nome fictício, assim como todos os demais nomes atribuídos aos/às participantes.

(Brandt, 2009a) e a troca de questões transferenciais e contratransferenciais em relação ao trabalho. Deste modo, para além de espaços de fala, se propiciaram espaços de escuta que permitiram esses descolamentos psíquicos e ressignificações de si, em nível pessoal e profissional (Pedroza, 2010).

O compartilhar e vivenciar desses momentos propiciaram efeitos de cuidado terapêutico aos/às participantes que em suas falas demonstraram sentidos de organização psíquica e diminuição das angústias nos encontros do grupo. Como Bruna ao descrever-se no final de um encontro em que foi discutido algo que estava lhe mobilizando: “*antes estava com um ponto de interrogação bem grande, agora está um pouco menor, pelo menos*” ou Fabiana que destaca o quanto falar “*ajudou a organizar muitas coisas que estavam confusas na minha cabeça*”.

Além do mais, foi possível perceber dificuldades no encerramento dos encontros, uma vez que os participantes, apesar de orientados à finalização, continuavam a trocar suas experiências e percepções. Isto revela a necessidade desses espaços de fala, ao mesmo tempo em que demonstra uma dificuldade de vivenciar os momentos de cortes da fala que os mobilizava e as demarcações necessárias da técnica proposta por Balint.

## 5.2 As angústias trazidas e as escolhas do grupo

Como exposto no procedimento metodológico, o momento inicial era dedicado para que cada participante trouxesse uma questão que o/a estava mobilizando relacionado ao trabalho e em seguida, por meio de votação, era escolhida uma dessas angústias trazidas que se tornaria o foco de discussão daquele encontro. Deste modo, foi possível perceber uma diversidade de temáticas mobilizadoras e modos singulares de vivenciá-las e expressá-las.

Para facilitar a apreensão dessa diversidade, optamos por organizar as questões inicialmente expostas pelos/as participantes a partir de quatro grupos de sentido principais que associavam as angústias do trabalho às seguintes questões: a relações institucionais; ao próprio trabalho com violência; à atuação técnica; e às repercussões nas dimensões pessoais dos sujeitos.

A seguir, apresentamos na Tabela 1 as questões trazidas organizadas em grupos temáticos e destacamos, com sublinhados, quais foram as cinco escolhidas pelo grupo para uma discussão mais aprofundada em cada encontro.

Tabela 1

*As angústias expostas pelo grupo por temas*

1. As relações institucionais e a equipe de profissionais.	a) <u>Há o discurso institucional sobre a preocupação com o cuidado do servidor – mas, existe mesmo esse espaço de cuidado?</u> b) Percepção de uma tendência de centralização e
------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>hierarquização da gestão.</p> <p>c) Identificação de discursos e posturas dos operadores de direito que reproduzem estereótipos de gênero e banalizam a violência doméstica contra a mulher.</p> <p>d) Como a equipe pode se organizar para buscar transformações nas próprias relações de trabalho.</p> <p>e) <u>Como conciliar a questão do cuidado da equipe com as regras e os interesses institucionais?</u></p>
2. O trabalho com violência.	<p>a) Como lidar com discursos e práticas culturais que ainda banalizam as violências contra as mulheres?</p> <p>b) A desproteção de adolescentes envolvidas em situações de violência domésticas, principalmente com a ruptura de laços familiares ou a ocorrência de gravidez.</p> <p>c) O lugar dos/as idosos/as no conflito familiar e as violências cometidas contra eles/as.</p> <p>d) A falta de perspectivas e projetos de vida de adolescentes grávidas, com filhos/as e em conflito conjugal e/ou familiar.</p>
3. A atuação técnica e seus desafios.	<p>a) O perfil de um serviço de assessoramento jurídico e a não continuidade de vínculos ou contatos com os sujeitos atendidos.</p> <p>b) Os limites do trabalho no respeito às escolhas e atitudes do outro: quando a vítima, por exemplo, opta por não prosseguir o processo ou não fazer um acompanhamento, mesmo o profissional identificando uma situação de risco.</p> <p>c) A percepção dos limites próprios à atuação profissional.</p> <p>d) Os desafios e dificuldades na relação com os operadores do Direito.</p> <p>e) O espaço da intervenção psicossocial nas audiências judiciais.</p> <p>f) As delimitações do que é ou não papel da Justiça.</p> <p>g) Como respeitar o limite do meu trabalho inclusive quando preciso me afastar dele (férias/licença)?</p>
4. Repercussões no	<p>a) Como o profissional não adoecer mesmo com as</p>

pessoal.	<p>especificidades do serviço (trabalho com violência doméstica, alta demanda, relação com sistema de justiça, etc)?</p> <p>b) Será que eu consigo fazer esse trabalho por muito tempo? Ou será que o desgaste com esse trabalho fará com que eu não consiga mais atuar nessa área?</p> <p>c) <u>Quais recursos eu tenho (ou eu posso ter) para lidar com as angústias que o trabalho tem trazido, principalmente para prevenir meu adoecimento?</u></p> <p>d) Dificuldades em lidar com a reação das outras pessoas sobre o trabalho desenvolvido com violência doméstica.</p> <p>e) <u>Como encontrar um meio termo entre o sofrimento e um estado de anestesia com as angústias relacionadas ao trabalho?</u></p> <p>f) O que eu posso fazer na minha vida pessoal, na relação com a chefia e com os colegas para diminuir o sofrimento no trabalho ou evitar que ele apareça?</p> <p>g) Por mais que eu goste desse trabalho, como perceber ou avaliar o quanto ele está afetando minha vida pessoal?</p> <p>h) <u>Como o trabalho com gênero e violência contra a mulher me afeta enquanto profissional e psicóloga mulher? Como o profissional e o pessoal se atravessam?</u></p> <p>i) Como trabalhar com gênero e violência influencia na forma como eu me posiciono e lido em minhas relações amorosas, familiares e sociais?</p>
----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Podemos perceber a partir dessa tabela que os/as participantes identificam uma diversidade de desafios e dificuldades técnicas e teóricas quanto ao trabalho com envolvidos em situação de violência doméstica contra a mulher no âmbito da justiça. Os temas 2 e 3 (O trabalho com violência e A atuação técnica e seus desafios, respectivamente) revelam uma mobilização tanto em relação à aproximação com situações de violência e de desproteção dos sujeitos quanto por discussões e busca de definições claras do papel do/a psicólogo/a e os limites de sua intervenção técnica.

Apesar de tais questões despertarem inquietações, podemos perceber que as que mais mobilizaram o grupo (identificadas a partir das escolhas feitas pelos/as participantes) dizem respeito aos movimentos entre o pessoal e o profissional, aos dilemas identificados sobre o cuidado e às negociações entre dimensões institucionais, profissionais e subjetivas. Todas as

angústias escolhidas pelo grupo para serem exploradas e trabalhadas nos encontros realizados se circunscreveram nos temas 1 e 4 (As relações institucionais e a equipe de profissionais e Repercussões no pessoal, respectivamente) e perpassaram por alguns temas principais que serão apresentados aqui como os principais resultados da pesquisa realizada.

### **5.3 As questões mais relevantes discutidas no grupo**

As questões mais relevantes discutidas no grupo, assim, se referiram: ao cuidado da pessoa do profissional; a maneiras de lidar com os sentimentos gerados pelo trabalho com violência; a como esse trabalho influencia nas dimensões do pessoal; e como as questões de gênero transitam entre práticas profissionais e posições pessoais em suas dimensões do público e do privado.

#### **5.3.1 (Re)elaborações sobre o cuidado.**

Discussões sobre o cuidado estiveram presentes em todos os encontros realizados com o grupo. Percebe-se que o olhar sobre a questão foi sendo ampliado e novos significados foram sendo construídos pelos/as participantes. Nessa temática, ficou evidente a transformação da queixa e a produção de novas possibilidades de compreensão e ação no trabalho.

Inicialmente, as angústias trazidas em relação ao tema referiam-se principalmente a queixas de que a instituição não promovia espaços de cuidado aos seus servidores ou de que havia um discurso de cuidado, mas não uma real prática que o promovesse. Os/as participantes relatavam percepções de que as prioridades da instituição sobrepunham-se ao interesse e cuidado dos indivíduos.

Aos poucos, eles/as foram identificando alguns paradoxos nas relações com a instituição. Um deles está relacionado ao fato de a instituição oferecer aos seus servidores boas condições logísticas e estruturais sempre ressaltando a competência da equipe, mas, por meio desse discurso, ela não permite ou propicia espaço de queixas. A fala de Antônio evidencia essa percepção: *“como tem essas várias vantagens, ai é como se a gente não pudesse ver as desvantagens”*.

Dessa percepção, um outro sentido é possibilitado: *“esse paradoxo que faz a gente sofrer, porque não é ruim o tempo todo, é bom, é ruim, tem uma dinâmica parecida com as famílias que a gente atende”* (Antônio). Os/as participantes passaram a identificar assim as ambiguidades nessas relações com a instituição e, a partir daí, começaram a refletir sobre qual o papel deles/a também nessas dimensões relacionais.

As queixas, antes direcionadas apenas à postura institucional, passam a circular no grupo possibilitando que os/as participantes reflitam sobre as próprias escolhas e ações que complementam esses paradoxos geradores de angústias. Uma participante aponta o quanto os profissionais complementam esse discurso de *“dar conta de tudo, sendo obedientes e*

*resilientes*” (Érica). Outro ponto levantado por Gabriela é o fato dos/as profissionais não demonstrarem suas insatisfações nem reivindicarem outras posturas da instituição. O grupo parece perceber que a equipe pactua com o silêncio dos não-ditos, o que promove ainda mais angústias.

O principal não-dito explorado pelo grupo retomou a questão do cuidado por se relacionar à saída de profissionais do serviço. Para os/as participantes, quando alguém opta por sair da equipe isso não é falado abertamente pelo grupo e o discurso institucional afirma que tal pessoa não conseguia trabalhar com o tema ou não tinha perfil. Como percebe Cecília: *“quando chega o adoecimento, o adoecimento é seu, não é por causa daqui, por que a gente é maravilhoso, ai vem aquela questão de personalizar o sofrimento”*.

Essa percepção abriu a possibilidade para que o grupo olhasse para o que eles entendiam como cuidado. Nesse momento, intervi problematizando se a fala sobre cuidado o compreendia como uma dimensão do humano ou como uma proteção aos frágeis, como uma estratégia para não adoecer, como um meio personalizado de “dar ou não conta de algo”. Pechberty (2007) reflete sobre os sentidos do cuidado destacando a compreensão psicanalítica sobre a temática:

O que é a terapêutica? A desapareição do sintoma? Em uma ótica não psicanalítica, tanto no nível terapêutico como no educativo, evocaríamos o recurso às identificações corretivas, as modelizações. E, no entanto, o que quer dizer o cuidado na análise: a ordenação do sofrimento e das defesas? O abrandamento das clivagens? A terapêutica retorna aqui ao cuidado, ao *care*, à preocupação com o outro e não ao restabelecimento da saúde. Uma melhor integração ou subjetivação são os elementos reconhecidos como terapêuticos pelos clínicos. (p. 24-25)

Desta forma, entendemos os espaços do grupo como possibilidades de cuidado que propiciaram aos participantes uma melhor integração de angústias e sentidos ao cuidado. A fala sobre o cuidado se ampliou no grupo para além da ideia de uma boa saúde ou um não adoecimento, perpassando as dimensões de prazer-desprazer, satisfação-insatisfação e coletivo-subjetivo a partir das vivências e da personalidade de cada participante em contato com sua práxis.

Os/as participantes identificam a importância de a instituição propiciar espaços de acolhimento e de fala de angústia percebendo que *“não está tendo nessa equipe espaço para se falar da angustia, tem só que se falar de competência”* (Gabriela). Para além da queixa, os participantes começam a refletir sobre como essas dimensões foram sendo (re)configuradas e qual a responsabilidade deles próprios nesse processo.

Assim, começaram a refletir sobre práticas de cuidar de si, do outro e da equipe e como eles/as podem desenvolver recursos para isso, inclusive, pensando no âmbito institucional. A fala de Fabiana revela essa ampliação de olhar:

*Eu fiquei pensando aqui uma coisa que me incomoda é assim: de como que a gente pode fazer pra cuidar da equipe, para que as pessoas se sintam acolhidas, mas que também a gente consiga entender que existe uma coisa maior [referindo-se à instituição], mas como que a gente faz para ter espaço de fala, sem que fique uma fala vazia... como que a gente pode amadurecer isso profissionalmente e olhar que tipo de cuidado que a gente precisa, o que está ruim de fato, o que está realmente incomodando, o que realmente pode ser feito.*

Compreendemos assim que é necessário um duplo movimento: da instituição promover esse espaço de cuidado e dos sujeitos se implicarem nele como uma prática cotidiana de subjetivação. Esse cuidado pode ser entendido a partir da proposta de terapêutica de Pechberty (2007), mas também como uma prática de si, como propõe Foucault (2006).

Para Pechberty (2007), “cuidar quer dizer aqui situar-se em uma dimensão narcísica e ocupar-se de si, restaurar-se, em um duplo movimento que concerne a si e ao outro” (p. 23). Essa compreensão se aproxima do conceito foucaultiano de cuidado de si como uma prática de si em uma ação em que nos assumimos e nos transformamos atravessada pela presença do outro. Desta forma, o si e o outro estão conectados neste cuidado em uma “verdadeira prática social” (Foucault, 2006, p. 650).

Entendemos o cuidado não como uma forma de evitar doenças ou fraquezas, mas como uma dimensão do humano que o constitui e é constituída por ele. Para Foucault, “no cuidado de si é-se o próprio objeto, o próprio fim” (p. 218) em uma prática constante de subjetivação e desenvolvimento de recursos de personalidade.

A fala e a escuta sobre o cuidado possibilitaram aos/as participantes expressar e enxergar suas singularidades, pensar em suas experiências e problematizar, inclusive, que tipo de cuidado é esse a que eles se referem e que identificam que precisam (como exposto acima na fala de Fabiana). O objetivo não era resolver dúvidas, calar indagações ou objetivar discursos, mas, pelo contrário, era fortalecer e resignificar o sujeito, sua subjetividade e suas verdades. Desse modo, como conclui Pulino (2010) sobre a formação de professores aqui estendido aos/as psicólogos/as: “o cuidado de si e do outro, na formação de professores, é uma estética e uma ética que proporciona que o sujeito transforme sua práxis, suas relações e a si mesmo” (p. 162).

### **5.3.2 O trabalho com violência: entre angústias, sofrimentos e anestésias.**

Uma questão que sobressaiu em vários momentos da pesquisa refere-se aos sentimentos gerados nos profissionais pelo trabalho com violência e como eles/as lidam, ou deveriam lidar, com esses sentimentos. Esse é um ponto destacado como fundamental por vários autores como Diniz e Angelim (2003), Penso et al. (2010), Ribeiro e Costa (2007) e Ravazzola (2003).

Interessante que o caminho que a maioria dos/as participantes encontrou para introduzir esse tema foi a partir da fala de um outro que mostra estranhamento, surpresa ou admiração com



o trabalho desenvolvido por eles/as em situações de violência. Esse outro foi citado como um amigo, um vizinho ou um desconhecido que reage quando descobre como é o trabalho que eles/as desempenham.

Essas reações, como relataram os/as participantes, podem se expressar de diversas formas e o ponto principal aqui é que elas abriram uma brecha para que o/a profissional passasse a refletir sobre suas próprias formas de reagir ao seu trabalho com violência ou mesmo vivenciar novos sentimentos que emergiram ao compartilhar experiências e percepções sobre a situação.

Pela fala dos/as participantes, percebemos uma dificuldade deles/as em falar do trabalho que desempenham e, principalmente, em assumir que gostam de trabalhar nessa área, uma vez que as pessoas demonstram muita estranheza com o fato de um trabalho com algo “*tão difícil e ruim, como a violência*” (Bruna) poder ser visto como positivo pelo/a profissional. Danilo relatou que chega a sentir vergonha ou evita dizer sobre seu trabalho. Érica falou sobre o incômodo com a reação das pessoas de se sentirem penalizadas ou demonstrarem pesar com a sua situação profissional. Bruna resumiu bem essa situação: “*por mais que você tente explicar, fica parecendo inexplicável... As pessoas falam ‘nossa cada coisa, heim, deve ser horrível para você’*”.

Essas ambiguidades em relação ao trabalho e aos sentimentos gerados por ele despertam nos/as profissionais dificuldades em refletir e se posicionar frente à própria situação. Fabiana comentou uma situação em que foi questionada por um conhecido “*como é que você aguenta [ser psicóloga, fazer este trabalho]?*” e ela não conseguiu responder claramente, apenas sorriu e fez uma brincadeira sobre o assunto. Em seguida, relatou que:

*...depois eu fiquei pensando no tanto que às vezes eu me deixo levar por essa fala das pessoas... mas eu acho que eu não vou pelo caminho da vergonha [referência à fala de Danilo], eu acho que eu vou meio que... por algo que vai no ego mesmo, de se achar ‘poxa, eu faço um trabalho muito difícil’*”.

As falas dos/as participantes revelam a importância do/a psicólogo/a situar-se a partir de sua subjetividade, de dimensões narcísicas, para identificar como é para ele/a o trabalho que desempenha e o contato com um fenômeno tão ambíguo e contraditório como a violência.

Por outro lado, essa fala do outro ressoa nos/as profissionais de modo a provocá-los/as a refletir sobre seus próprios sentimentos que podem não estar sendo vistos ou vivenciados. Danilo desabafa: “*fiquei pensando que é como se a gente precisasse achar mesmo um sofrimento, já que está todo mundo falando, eu preciso achar. Porque não é possível que eu estou fazendo isso aqui e não estou sofrendo*”. Ou será que é possível? A partir, então, do que os/as participantes trouxeram da fala do outro eles/as passaram a refletir sobre si e seus sentimentos.

Uma questão muito explorada por eles/as referiu-se a uma fala comum na instituição e na equipe, de que o trabalho com a temática da violência é o grande gerador de sofrimentos e, assim, razão principal das decisões de saída da equipe de alguns profissionais. Após momentos de fala e escuta dessa situação, o grupo trouxe novas elaborações sobre o assunto: perceberam que eles/as gostam de trabalhar nessa área e que suas angústias estão relacionadas a outras questões. Antônio chega a concluir que *“a temática não é o que traz sofrimento, é muito mais o que segura no trabalho”* compartilhando com o grupo diversos sentidos positivos que vê no trabalho que realiza.

Essa conclusão do grupo, já no primeiro encontro, abriu possibilidades para novos sentidos e eles começaram a refletir sobre as dimensões subjetivas, relacionais, psicossociais e institucionais que têm os/as mobilizados/as em suas realidades materiais e psíquicas. O que é ressaltado por Almeida (2009) como um dos objetivos principais do próprio grupo Balint. Os participantes passaram a falar mais de suas angústias procurando identificar seus conteúdos e origens, como nas falas destacadas:

*“Antigamente, a gente pensava que o sofrimento é por conta do papel, a gente está delineando melhor o nosso papel, e a gente está vendo que isso não está reduzindo o sofrimento”* (Antônio).

*“Eu fico pensando que uma coisa que gera sofrimento é a gente ver esses aspectos paradoxais e incompatíveis da instituição... a gente tem um treinamento, mas ao mesmo tempo a gente não é liberado para o treinamento. A gente tem essa equipe suportiva com espaço para o diálogo, para a negociação, para a possibilidade de mudança, e a gente está dentro de uma instituição rígida, hierárquica que não tem a possibilidade de mudança. Eu acho que essas contradições dão uma sensação de sofrimento na gente”* (Danilo).

Das falas do grupo, aos poucos podemos percebermos mais elaborações psíquicas no sentido de enxergar que existem sim contradições, mas que elas são inerentes ao fenômeno e que o sujeito precisa conseguir vivenciar e elaborar essas ambiguidades, como percebe Danilo:

*acho que esse é um pouco desse paradoxo, em que fica essa coisa assim, como se a gente sempre foca nos potenciais e nas competências e como se não pudesse ter os sofrimentos e as angústias né? Ai fica essa coisa né, tem espaço para as duas e a gente tem que conciliar isso. Tudo é parte da mesma realidade complexa e multifacetada. E a gente fica nisso, pô, mas se estão dando benefícios pra gente, a gente não pode reclamar, continua sendo a mesma realidade de trabalho. A gente tem as duas coisas, não é porque a gente está reclamando disso que não tem as vantagens, ao mesmo tempo que as vantagens não anulam as desvantagens.*

Interessante constatar o quanto o método Balint de fato possibilitou aos/as participantes entrar em contato com as dimensões inconscientes geradoras de angústias e possibilitar

elaborações psíquicas desses conteúdos a fim de ressignificá-los e organizá-los em novas configurações de sentido, sem que isso representasse, contudo, suprimir completamente paradoxos, contradições e incertezas (Balint, 1988; Missenard, 1994). Afinal, estes são dimensões inerentes aos fenômenos humanos e às realidades sociais e concretas (Freud, 1915/2006; Marx & Engels, 1932/2006; Morin, 2002)

Nesse sentido, uma outra relação paradoxal foi problematizada por mim para que eles/as refletissem como estavam entendendo a relação entre angústia e sofrimento. Em algumas falas, os dois termos eram colocados como sinônimos; em outras, pouco se falava em angústias e tudo era posto como sofrimento. Da mesma forma, que todas as contradições e ambiguidades eram associadas a sofrimento, visto por eles/as como adoecimento ou algo problemático.

Foi possível problematizar o quanto angústia e sofrimento não são sinônimos e nem necessariamente vinculantes, ou seja, nem toda angústia acarreta sofrimento desde que se desenvolva recursos de defesa ou de ressignificação que possibilite que este afeto se (re)organize de outras formas. Para Freud (1926/2006), a angústia é um estado afetivo que tem (e produz) um caráter de desprazer, mas que também encontra (e produz) alívio através de atos de descarga e da percepção desses atos. Além do mais, das compreensões psicanalíticas entendemos a angústia como indissociada do desejo e como meio de vivenciar subjetividades. Como explica Pollo e Chiabi (2013):

Ele [Freud] chega mesmo a fazer a analogia da angústia com a vacina médica, propondo mesmo que a liberação de uma pequena dose de angústia impede a liberação descontrolada da mesma. Em outros termos, sua experiência clínica lhe sugere a existência de uma angústia a ser dita, paradoxalmente, benéfica. (p. 144)

Essa liberação descontrolada pode ser aqui entendida como a identificação de um estado de sofrimento psíquico. Assim, esses diálogos propiciaram a abertura de novas possibilidades de compreensão e ação que demonstraram como efeito, inclusive, uma redução da angústia, como demonstra a fala de Antônio:

*até o clima da semana passada, eu estava sofrendo. Hoje, não. Hoje é angústia. Eu adorei essa distinção, eu não sabia. A gente discutiu várias coisas e não está gerando sofrimento, tem angústia, mas essa angústia é importante, né? Vamos lidar com ela. Não precisa acabar com a angústia, mas o sofrimento é para acabar.*

Ao perceber então que as angústias fazem, e farão sempre, parte do trabalho e das próprias vivências humanas, os/as participantes puderam refletir melhor sobre o sofrimento que eles/as identificavam, ou não, em suas práxis e sobre formas de lidar com o mesmo. Fabiana relatou uma situação que vivenciou:

*... de repente, eu comecei a chorar com um caso, e eu não parava de chorar. Mas, eu sentia que não era aquela situação específica, era, sei lá, como esse povo sofre, meu Deus. Ai eu vi que eu passei de um limite, eu tava num ponto que eu não tava me*

*incomodando com nada e de repente eu não conseguia parar de chorar. Então para mim é isso, eu preciso, eu tenho tentado, olhar mesmo, buscar coisas que eu tenho fora que eu posso contar, porque eu acho que não é só aqui, mas também encontrar esse centro, esse contato mesmo com os casos que eu acho que é o que permite mesmo você discernir...*

Fabiana relatou que anterior a essa experiência ela não estava enxergando ou pensando sobre algumas de suas angústias e que isso gerou um acúmulo de tensão a ela que culminou nesse momento de choro compulsivo. Érica relatou ter vivido uma situação semelhante em que na época percebeu que, apesar de gostar do seu trabalho, ela tinha um limite pessoal e profissional, como por exemplo, de não atender crianças abusadas sexualmente. Ressaltando que: *“quando eu cheguei aqui, eu comecei a lembrar de coisas da minha vida, trabalhei isso em terapia, e ainda assim esse é um limite meu”*. Érica destacou positivamente a postura da chefia de respeitar esse seu limite.

Alguns pontos dessas falas são fundamentais de serem discutidos. Primeiro, a importância de o/a profissional estar refletindo em suas dimensões pessoais e profissionais como o trabalho repercute emocionalmente para ele/a e quais recursos ele/a tem, ou pode desenvolver, para lidar com essas situações. Por meio dessas reflexões, ele/a pode identificar alguns limites pessoais que precisam ser respeitados e/ou trabalhados psicologicamente, de preferência em contextos psicoterapêuticos.

O/a psicólogo/a precisa reconhecer, porém, que não é onipotente, que *“não dá conta de tudo ou que precisa dar conta de tudo”* (Érica). Como destaca alguns autores (Barros, 2010; C. Machado, 2004; Diniz & Angelim, 2003), julgar-se onipotente ou impotente; ultrapassar esse limite ou ignorar essas angústias, provavelmente, representará sofrimento ao sujeito.

O grupo passou a refletir sobre como identificar esse sofrimento, como trabalhar essas angústias evitando intensificá-las e como encontrar um equilíbrio entre um estado de sofrimento e uma postura de indiferença ou minimização das dificuldades, que poderia inclusive se aproximar de um estado de anestesia relacional, conforme aponta Ravazzola (2003).

Alguns participantes defenderam que essa aparente indiferença é uma estratégia para conseguir durante um atendimento se afastar da situação e poder trabalhar com aquela pessoa. Como destaca Cecília: *“o afastamento do momento, acho que é necessário no momento do atendimento, acho que é necessário para você não acabar se desmoronando na frente da pessoa”*. Helena ainda complementa que como é um trabalho difícil, *“pesado”*, em algum momento o/a profissional vai chegar nesse desgaste (referindo-se ao momento de choro de outras participantes) e logo vai se aliviar e retomar o trabalho normalmente. Helena associa essa postura de afastamento a práticas normais do trabalho, postura encontrada também nas pesquisas de Lobo et al (2010).

O grupo discutiu então sobre os riscos dessa minimização não só para eles/as enquanto pessoa, mas para o próprio trabalho desenvolvido. Um ponto levantado refletiu as próprias contradições dessa postura: *“nosso trabalho é tentar trazer a pessoa para a consciência [da violência], mas a gente não está tentando fazer isso com a gente”* (Fabiana). Inclusive, como fundamentação teórica das intervenções em violência doméstica, é forte a preocupação em romper com minimizações buscadas para as violências, tanto pela pessoa que a sofreu quanto a que a cometeu, que alimentam o ciclo da violência doméstica e mantêm processos de anestésias relacionais (Ravazzola, 2003; Walker, 2009).

Os/as participantes discutiram assim sobre essas questões teóricas e como eles/as podiam se posicionar profissional e pessoalmente quanto a elas. Pelas falas expostas, eles/as demonstraram perceber que não existiria uma solução pronta e única para a problemática, principalmente pela complexidade da temática da violência e pela subjetividade e personalidade de cada um.

Helena concluiu: *“Bom, eu acho que a gente vai ter sempre uma eterna procura, a gente nunca vai saber achar qual é o certo e... Vai ter alguns instantes que um negócio vai pegar mais na gente do que no outro”*. Os/as participantes perceberam como necessário, porém, que cada um em sua práxis conseguisse refletir sobre o trabalho e sobre as repercussões dele em sua vida e em sua personalidade. Antônio destacou as próprias percepções sobre o trabalho que desempenha, mas também sobre a participação neste grupo de pesquisa:

*...acho que foi bom porque fez a gente pensar no que aconteceu, porque, às vezes, a gente vai indo nele [trabalho] no automático sem perceber que ele está afetando a gente. De estar atendendo esses casos e tudo, e a gente vai no embalo, vai passar 10, 15 anos e a gente trabalhando sem estar refletindo... pelo menos, me fez refletir muito, acho que fez toda a equipe refletir.*

A importância de cada um refletir e se posicionar frente à questão se complementou ainda com o papel fundamental que esse espaço coletivo possibilitou aos sujeitos propiciando essa circulação da fala e das angústias em um processo de transferência e contratransferência pública (Balint, 1994). Como demonstrou Bruna em sua fala: *“É uma rede. E vejo que algumas coisas que eu penso e que as pessoas pensam também, você vai vendo que é alguma coisa do grupo mesmo, eu acho que isso também te dá possibilidade de mudança”*. Isso demonstra, assim, como é fundamental esse espaço de fala e de escuta construído no coletivo.

### **5.3.3 As repercussões pessoais do trabalho com violência doméstica contra a mulher.**

Para além das questões sobre angústias e sofrimentos quanto ao contexto institucional e o trabalho realizado, é possível identificar muitas repercussões da própria temática da violência doméstica que transitam entre dimensões pessoais e profissionais. Um ponto inicial é a

constatação de que a partir do trabalho com violência torna-se mais cansativo conviver, mesmo indiretamente, com outras situações de violência. Muitos/as participantes, por exemplo, relataram que evitam assistir telejornais ou acompanhar a mídia com suas notícias frequentes sobre violência e que se incomodam mais com filmes que abordam o assunto, chegando mesmo a não conseguir assisti-los.

Outra preocupação dos/as participantes era de estar enxergando violência em todas as relações próximas, o que gerou uma discussão entre eles/as se as relações em geral estavam, de fato, mais violentas ou se, por conta do trabalho, eles/as passavam a identificar violência em fatos não necessariamente violentos. Essas questões, claro, não têm respostas únicas e simples. De qualquer forma, é interessante perceber que essas também foram constatadas pelas pesquisas de Barros (2010), Lobo et al. (2010), C. Machado (2007) e Penso et al. (2010).

Pensar a reação frente a situações de violência é um passo importante, mas é preciso, fundamentalmente, que se reflita sobre como cada um compreende o fenômeno da violência e se compreende em relação ao mesmo. Neste ponto, foi possível perceber nos sujeitos participantes interessantes movimentos de aproximação e de relações transferenciais com a questão.

Érica já no primeiro encontro refletiu sobre as especificidades do trabalho, comparando-o com outras atuações da justiça, inclusive, a criminal:

*a questão da violência doméstica, contudo, ela é muito próxima das relações né? Toda relação, né, tem algo de agressividade que pode virar violência. Então, [eu penso] em que medida que trabalhar com isso, mudou o meu olhar sobre minhas relações e como que isso impactou na minha vida.*

Gabriela, também trouxe uma reflexão fundamental para tal olhar sobre a violência:

*a gente trabalha com isso, mas não estamos distantes assim, não quer dizer que não vai acontecer com a gente... Ontem mesmo em um atendimento, vou ser bem sincera, a mulher riscou o carro dele todo e furou pneu e tal, eu me coloco no lugar da pessoa na situação e penso: será que eu não teria feito no mínimo gritar, xingar? Eu acho que teria feito, não me acho distante dessas atitudes, acho que a violência em si, essa questão da agressividade, ela é humana, e é sutil porque essas relações, eu não tenho dúvida, que teve um prazer inicial, uma sedução e acho que esta todo mundo sujeito a embarcar, talvez a gente saia mais rápido, talvez.... Eu sempre falo que quem acha que tem risco zero, tem grande chance de acontecer porque não existe risco zero e isso ainda mostra olhar nenhum pra si!*

Essa fala representa pontos fundamentais, inclusive em consonância com a fundamentação teórica desta pesquisa: identificar a proximidade com a violência enquanto fenômeno humano, complexo e ambíguo; conseguir enxergar o sujeito e as dimensões envolvidas no ato violento; e não se eximir de olhar para si enquanto sujeito que também se constitui em relações sociais e históricas, que contém suas contradições e se estrutura

inconscientemente a partir de pulsões de Eros e de destrutividade (Barus-Michel, 2011; Freud 1930/2006, 1933/2006).

O entendimento desses fatores pode trazer para o sujeito, então, novos sentidos do trabalho, inclusive para a vida pessoal, como destacou Antônio:

*trabalhar com isso me ajudou muito a repensar a violência, mesmo do cotidiano. As violências mais simples, que a gente não enxerga. Eu acho que todo mundo tem algum momento que tem um potencial para agredir, eu acho que quando a gente está consciente disso a gente se afasta.*

A forma como se compreende e se assume essa violência, de si e do outro, possibilita o desenvolvimento de recursos para lidar com ela. Alguns/mas participantes, por exemplo, citaram como recurso conseguir se afastar de um ato violento ou evitar o estabelecimento de dinâmicas violentas em suas relações amorosas. Essa percepção foi acompanhada, na maioria das vezes, por falas de justificativas ou de desabafos, como de se defender enquanto uma pessoa distante do risco de cometer uma violência física ou como de assumir que já vivenciou uma relação violenta e teve dificuldades em identificá-la dessa forma, a princípio.

Estes movimentos revelam as ambiguidades do trabalho com violência e as dinâmicas conscientes e inconscientes a partir das quais os sujeitos se constituem subjetivamente e desenvolvem seus recursos de personalidade. Dessa forma, compreender-se próximo e sujeito à violência, exige da pessoa elaborações psíquicas que ressignifiquem sua práxis, seus compromissos éticos e seus recursos pessoais. Além do mais, são movimentos que revelam as repercussões entre o pessoal e o profissional e como eles se constituem dialeticamente. Na fala de Érica fica muito clara essa percepção:

*Eu acho que é um movimento: veio de um conhecimento, de um papel profissional, vai a sua vida pessoal e aí volta para tua prática! A sua experiência pessoal te dá mais... Então é isso, assim, fico pensando que esse conhecimento atravessa a vida e volta e de um jeito. Eu não sei por que na psicologia, não sei eu nunca conversei muito sobre isso não, não sei se tem como ser diferente assim, as coisas atravessam, temos que repensar nossos preconceitos toda hora, o tempo todo!*

Podemos perceber por essa fala o quanto o pessoal e o profissional se atravessam constantemente e, por isso, não podem ser vistos em total separação ou dualidade. Como expõe Martins (2007), a práxis profissional não pode dissociar-se da personalidade do profissional e por isso precisamos pensar nesse processo em relação à formação pessoal do/a psicólogo/a. Pela fala de Érica podemos perceber ainda seu incômodo em não encontrar na Psicologia essa discussão, como foi também denunciado por Mitjás Martínez (2003).

### 5.3.4 Questões de gênero: do profissional ao pessoal.

Uma última questão a ser analisada nessa relação pessoal-profissional do trabalho com violência doméstica contra a mulher diz respeito ao próprio conceito de gênero e de suas relações na subjetividade dos/as profissionais.

A oportunidade de trabalhar tanto com as mulheres quanto com os homens envolvidos em situação de violência doméstica é vista pelos/as psicólogos/as como um privilégio, ao promover uma compreensão mais ampla sobre as dimensões da violência, um olhar mais coerente sobre as próprias relações de gênero e um espaço de escuta a mulheres e homens com vistas a possibilidades de mudanças e transformações de valores.

Eles/as refletiram também sobre os entendimentos das questões de gênero necessários a todos/as profissionais envolvidos/as nesta área de trabalho. Algumas participantes (Bruna e Gabriela) demonstraram forte incômodo ao perceberem o quanto os/as operadores/as do Direito expressam em suas práticas rígidos estereótipos de gênero que, na maior parte das vezes, banalizam ou legitimam situações de violência contra as mulheres.

A partir desse incômodo, o grupo pôde refletir sobre como eles/as, enquanto psicólogos/as, podem e devem agir em tais situações, comuns na realidade de trabalho multidisciplinar que desempenham. Além do mais, problematizaram sobre seus próprios valores e sentimentos:

*Eu acho que como profissional desta área, temos um desafio eterno de olhar para os nossos preconceitos. Eu acho que não tem como trabalhar com gênero sem eu pensar como me coloco na vida sobre essas questões. Eu vejo como positivo trabalhar com violência de gênero e vejo um desafio enorme enquanto mulher para que eu consiga ter a liberdade que eu acho que me cabe e ainda trabalhar isso com as mulheres. É um desafio enorme. (Érica)*

Cecília destacou como se incomoda quando percebe seu próprio machismo em algumas posturas e compreensões da realidade. Essas falas demonstraram o quanto a dimensão de gênero perpassa os espaços do profissional e do pessoal e incitam reflexões políticas e éticas dos sujeitos sobre sua práxis. Érica destacou tais reflexões:

*Me deu aqui uma vontade de fazer uma articulação da questão política... porque acho que quando se trabalha com situações [de violência doméstica] que a gente vê, é necessário uma mudança cultural...e a gente tem muito que caminhar em relação a questões de gênero e da situação da mulher e fico pensando nisso, qual é a nossa relação política inclusive nisso e isso não está desassociado, não é uma coisa a mais no papel profissional, a dimensão política tem que estar colada no papel profissional.... Eu acho que a gente só vai conseguir trabalhar a liberdade, a autonomia e a liberdade das pessoas se a gente estiver autônoma e livre buscando isso. Minha questão passa muito pelo pessoal também, porque acho que trabalhar aqui me trouxe essa possibilidade de*



*olhar com clareza para as minhas relações, para como as pessoas reagem a determinadas coisas, das escolhas das mulheres...*

Da fala de Érica, podemos destacar essa defesa da prática profissional como um espaço inerentemente político e ético, como ressalta os textos de Bock (2003), do CFP (2012) e de Diniz e Angelim (2003). Além do mais, a atuação enquanto práxis fala também da transformação de si, para além da transformação da realidade, ou seja, o sujeito precisa estar constantemente se (re)pensando enquanto pessoa e profissional nesse processo que é de desenvolvimento humano (Martins, 2007; Pulino, 2010).

A partir dessas reflexões, muitos/as participantes expuseram como na vida pessoal o trabalho com gênero repercutia em suas relações amorosas, familiares e sociais possibilitando, inclusive, a configuração de novos arranjos a tais relações e uma reflexão constante de si nesses processos. Gabriela se questionou: “*qual é o meu lugar do feminismo aqui, na relação com meu marido?*”. Fabiana, no mesmo sentido, assumiu esse questionamento e problematizou como “*não ficar muito extremista, né, de ter que levantar a bandeira [do feminismo] para tudo*”. Érica, por sua vez, entende que algumas pessoas a rotulam como chata por sempre demonstrar seu incômodo a questões rígidas de gênero, mas que sua escolha é sim de “*continuar sendo a chata*”, pois não quer se silenciar frente a certas situações, ainda que queira expor tais denúncias de forma a também se preservar. Interessante ainda a fala de Antônio sobre a questão:

*Estudar gênero foi libertador pra mim, então a gente não pode pensar que isso é só libertador pra as mulheres. Eu fico vendo assim quantas violências, quantos controles eu iria fazer com minha parceira atualmente, que eu não faço por meu olhar sobre gênero. Assim, eu vejo possibilidade disso de não só estudar, mas de vivenciar no dia a dia, como libertador, caramba, eu vejo essas questões de gênero aprisionando muito o homem também.*

Nesse ponto, entendemos que cada sujeito vai significar sentidos subjetivos a suas ações e escolhas e desenvolver os recursos de personalidade que identificam pertinentes às suas vivências e experiências. O ponto essencial é, de fato, a postura reflexiva e disposta a ressignificações e tomadas de consciência, como demonstraram os/as participantes e como defende a própria construção teórica proposta por Balint (1988, 1994).

Apesar de muitas reflexões quanto às questões de gênero na dimensão do pessoal, percebemos poucas reflexões dessa questão na própria dimensão profissional do devir-psicólogo/a. A psicologia tem sido majoritariamente exercida por mulheres; é associada à ideia do cuidado e da ajuda, dimensões fundamentalmente atribuídas ao feminino; tem ainda uma tradição muito voltada ao trabalho com vítimas a partir do prisma da proteção e do controle social (Barros, 2010; Furtado, 2003; Gonçalves, 2010; Penso et al., 2010).

Desse modo, torna-se importante a reflexão de como é para homens e mulheres exercer essa profissão, colocar-se como agentes de cuidado do outro, mas também de si e exercer o

trabalho com homens e mulheres envolvidos em violência, refletindo também sobre suas próprias experiências enquanto homens e mulheres envolvidos nas mesmas dimensões culturais do machismo e do patriarcado. Tais reflexões não surgiram na pesquisa desenvolvida, mas mantém-se como questões essenciais de serem pensadas e (re)significadas na práxis psicológica.

#### **5.4 Espaços de formação pessoal de psicólogos/as**

A diversidade de angústias trazidas pelos participantes, bem como as intensas mobilizações que muitas delas provocaram em cada sujeito e no grupo como um todo, demonstraram a importância de existirem espaços na prática profissional de psicólogos/as de cuidado e de reflexão com vistas a uma formação pessoal e ao desenvolvimento humano desses sujeitos.

Essa formação pessoal não se fundamenta no pressuposto de criar profissionais perfeitos ou buscar um perfil ideal, uma vez que nem mesmo acreditamos nessa possibilidade universalizante ou objetificadora. A nossa proposta de formação pessoal está ligada à compreensão de subjetividade e de desenvolvimento da personalidade do/a profissional, a partir da identificação subjetiva de angústias e da busca por desenvolver recursos pessoais para lidar com a mesma.

Concordamos com as reflexões de Pulino (2010) sobre a proposta de formação pessoal de professores, pensadas aqui para os/as profissionais de Psicologia:

A Psicologia que aqui estamos delineando como nossa escolha tem como desafio desenvolver uma escuta do professor em sua singularidade, considerando suas vicissitudes pessoais, sua história de vida, seus desejos e proposta de vida. Não estamos interessados, aqui, numa Psicologia que tenta ‘formar’ o educador ideal, que julga aquilo que é importante que o professor saiba e como deve agir para educar bem os seus alunos. (p. 156)

Dessa forma, entendemos que um espaço de formação pessoal deve estar atento a singularidade, a alteridade e a subjetividade dos/as profissionais a partir do pressuposto que o desenvolvimento humano continua a se (re)atualizar em todos os momentos de vida dos sujeitos por meio de experiências conscientes e inconscientes, confortáveis e inquietantes, individuais e coletivas, pessoais e profissionais (Pechberty, 2007; Pedroza, 2010)

Nesse sentido, defendemos que o Grupo Balint se mostra como um espaço potencial possível para essa formação pessoal de psicólogos/as que atuam em situações de violência doméstica contra a mulher. Isso porque, o compreendemos como um espaço de fala e de escuta que foi capaz de acolher angústias, possibilitar ressignificações e elaborações psíquicas e abarcar as ambiguidades e contradições dessa prática profissional, sem pretender superá-la ou negá-las.

Pelas experiências vistas nessa pesquisa, pudemos perceber ainda o quanto a técnica proposta por Balint (1988) quando reflete sobre a prática profissional se aproxima da ideia marxista de práxis, como uma atividade que não só transforma a realidade, mas transforma o próprio sujeito agente dessa transformação (Martins, 2007; Marx e Engels, 1932/2006).

Desse modo, defendemos que o grupo Balint está para além de uma técnica que prepara o profissional para a prática, uma vez que ele é um espaço de formação verdadeiramente imerso nessa práxis e nesse movimento dialético de cuidar do outro e de si, de desenvolver um trabalho e também se desenvolver enquanto ser humano. Logo, foi possível conectar a dimensão da práxis, da formação e do cuidado com (e por) profissionais de Psicologia que trabalham com a complexidade e a gravidade dos fenômenos de violência doméstica contra a mulher.

## VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tivemos como objetivos analisar as práticas profissionais de psicólogos/as que trabalham no atendimento a envolvidos em situações de violência doméstica contra a mulher buscando refletir sobre experiências e possibilidades de formação pessoal desses/as profissionais a partir de suas práxis.

Para tanto, buscamos uma fundamentação teórica consistente que abarcasse a complexidade do fenômeno da violência e uma compreensão das relações de gênero em suas conexões com as violências cometidas contra as mulheres de modo a subsidiar as discussões sobre o trabalho do/a psicólogo/a com violência doméstica a partir dos desafios e angústias identificados nessa prática profissional. A partir dessa contextualização, problematizamos a formação pessoal desses/as profissionais apresentando a técnica do Grupo Balint como um espaço possível para tal formação.

A pesquisa foi então desenvolvida a partir de uma metodologia inspirada no Grupo Balint e demonstrou como essa técnica, de fato, possibilita aos/às profissionais tomadas de consciência, elaborações psíquicas e diminuição das angústias vivenciadas na prática profissional. Percebemos que a experiência do trabalho com violência doméstica contra a mulher tem um potencial mobilizador intenso dado às ambiguidades e contradições desse fenômeno que se refletem no trabalho desenvolvido, o que representa uma necessidade ainda maior desses espaços de formação pessoal.

Identificamos que a dimensão das relações de gênero perpassa o âmbito profissional e pessoal dos/as psicólogos/as impactando na forma como eles/as vivenciam suas masculinidades e feminilidades no trabalho, mas também em suas relações pessoais, amorosas e familiares. Percebemos na pesquisa que os/as psicólogos/as têm refletido bastante sobre como eles compreendem o ser-homem ou ser-mulher e possíveis aproximações com a violência, inclusive, a partir de suas experiências pessoais e posicionamentos éticos. Acreditamos, porém, que são necessários mais estudos e reflexões sobre como a dimensão de gênero impacta no exercício da Psicologia, uma profissão tradicionalmente exercida por mulheres e fundamentada na lógica do cuidado, tão atribuída ao feminino.

Além do mais, consideramos fundamental que estudos futuros sejam desenvolvidos no sentido de compreender melhor como as angústias referentes às práticas profissionais são vivenciadas pelos sujeitos e como essas passam a representar estados de sofrimento psíquico acarretando, inclusive, consequências à saúde mental dos/as trabalhadores/as. Entendemos que a abordagem da Psicodinâmica do Trabalho, proposta por Christophe Dejours, pode ser uma ferramenta interessante para estas análises por buscar, a partir de uma leitura psicanalítica, as relações entre desejos, sofrimentos e elaborações psíquicas no exercício do trabalho e nas vivências organizacionais e institucionais.

Defendemos, ainda, que espaços de formação pessoal sejam possibilitados não só para psicólogos/as, mas que possam ser estendidos às demais profissões que atuam no contato com sujeitos em sofrimento, principalmente quando estão envolvidas situações de violências e de violações de direitos humanos. Além do mais, acreditamos na importância da continuidade desses espaços, uma vez que a práxis profissional está constantemente se atualizando na dialética da transformação da realidade e do próprio sujeito.

Por fim, encerramos na certeza que essa pesquisa pôde apresentar contribuições para o trabalho com violência doméstica contra a mulher por profissionais de Psicologia, mas que essa não esgotou (como, de fato, nunca foi nossa intenção) todas as possibilidades, incertezas e angústias da prática e da formação pessoal e profissional para atuação nessa área. Esperamos, assim, que novos questionamentos e mais estudos surjam no sentido de problematizar nossas compreensões, provocar inquietações e instigar novas maneiras de olhar e entender os fenômenos da violência doméstica contra a mulher e os conhecimentos teórico-práticos da Psicologia.

## VII REFERÊNCIAS

- Almeida, S. F. C. de (2009). Desafios na formação clínica de professores: entre o cuidado, o ensino e a transmissão. In *VII Colóquio Internacional do LEPSI IP/FE USP*, São Paulo. Formação de Profissionais e a criança-sujeito. São Paulo: Scielo Proceedings.
- Almeida, S. F. C. de (2012). Formação continuada de professores: conhecimento e saber na análise clínica das práticas profissionais. *Estilos da Clínica*, 17, nº1, 76-87.
- Andery, M. A., Micheletto, N., Sério, T. M. P., Rubano, D. R., Moroz, M., Pereira, M. E. ... Zanotto, M. L. (2007). *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica* (14º ed.). Rio de Janeiro: Garamond.
- Angelim, F. (2009). A importância da intervenção multidisciplinar face à complexidade da violência doméstica. In *Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar* (pp. 125-136). Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Anjos, E. E. dos (2003). A banalização da violência e a contemporaneidade. In T. Camacho (Eds). *Ensaio sobre violência*. (pp. 61-82). Vitória: Edufes.
- Arendt, H. (2009). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. (Original publicado em 1970).
- Ávila, T. A. P. (2010) Themis e a Síndrome de Jano: Novas experiências de abertura multidisciplinar na justiça criminal. In I. Ghesti-Galvão & E. C. B. Roque (eds.). *Aplicação da Lei em uma perspectiva interprofissional: Direito, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Ciências Sociais na Prática Jurisdicional*. (pp. 467-478). Rio de Janeiro: Ed. Lumens Juris.
- Balint, M. (1988). *O médico, seu paciente e a doença*. Rio de Janeiro: Editora Atheneu.
- Balint, M. (1994). Psicanálise e prática médica. In A. Missenard et al. (Eds). *A experiência Balint: história e atualidade* (pp. 09-22). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bandeira, L. & Melo, H. P. de (2010). *Tempos e memórias: movimento feminista no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Barros, C. A. (2010). Prazer-sofrimento, saúde e trabalho de mulheres que cuidam de mulheres em situação de violência. In C. Stevens; K. C. T. Brasil; T. M. C. de Almeida; & V. Zanello (Eds). *Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares* (pp. 359-373). Brasília, DF: Editora Exlibris.
- Barus-Michel, J. (2011). A violência complexa, paradoxal e multívoca. In M. de Souza, F. Martins & J. N. G. de Araújo (Eds.), *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico* (pp. 19-34) São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Branco, A. L. de A. & Almeida, T. M, C de (2012). A prática do Psicólogo em

- Atendimento a Famílias em Situação de Violência. In M. A. Penso & T. M. C. de Almeida (Eds.). *Direitos e Conflitos Psicossociais* (pp. 91-114). São Paulo: Roca.
- Bock, A. M. B.. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Eds). *Psicologia e compromisso social* (pp.15-28). São Paulo: Cortez Editora.
- Brandt, J. A. (2009a). Grupo Balint: aspectos que marcam sua especificidade. *Vínculo – Revista do NESME*, 2, (6), 113-219.
- Brandt, J. A. (2009b). Grupo Balint: suas especificidades e seus potenciais para uma clínica das relações de trabalho. *Revista SPAGESP, Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 10 (1), 48-55.
- Butler, J. (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1990)
- Campos, C. (2009). Lei Maria da Penha: um novo desafio jurídico. In F. Lima & C. Santos. *Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar* (pp.21-35). Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Carvalho, E. de A. (2002). Prefácio – A complexidade do homem genérico. In E. M. *Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo* (pp. 13-18). Porto Alegre: Sulina.
- Chauí, M. (2003). Ética, política e violência. In T. Camacho (Eds). *Ensaio sobre violência*. (pp. 39-59). Vitória: Edufes.
- Conceição, A. C. L. da (2009). Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. *RBSE*, 8 (24), 738-757.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1998). Brasília. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Conselho Federal de Psicologia, CFP (2012). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia, CFP (2012). *A formação de psicólogos e psicólogas: respondendo às demandas da sociedade brasileira*. Grupo de Trabalho de Formação. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Costa, A. A. A. (2007) O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In Melo, H. P. de; Piscitelli, A.; Maluf, S. W. & Puga, V. L. (Eds.). *Olhares feministas* (p. 51-82). Brasília: Ministério da Educação, Unesco.
- Cruz, R. M. & Schultz, V. (2009). Avaliação de competências profissionais e formação de psicólogos. *Arquivos Brasileiro de Psicologia*, 61, 117-127.
- Diniz, G. R. S. & Angelim, F. P. (2003). Violência Doméstica – Porque é tão difícil lidar com ela?. *Revista de Psicologia da Unesp*, 2, 20-35. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/12/23>

- Diniz, G. & Pondaag, M. (2004). Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos de violência doméstica. In J. S. N. F. Bucher-Maluschke, G. Maluschke, & K. Hermanns (Eds.), *Direitos Humanos e Violência: desafios da ciência e da prática* (pp. 171-185). Fortaleza-CE: Fundação Konrad Adenauer.
- Diniz, G. (2011). Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. In T. Féres-Carneiro (Eds.), *Casal e Família – conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dejours, C. (2011). Violência ou dominação?. In M. de Souza; F. Martins & J. N. G. de Araújo (Eds.), *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico* (pp. 57-72). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fávero, M. H. (2006). “Malhando o gênero”: O grupo focal e os atos da fala na interação de adolescentes com a telenovela. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 22, 175-182.
- Fávero, M. H. (2010). *Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultural e transformações*. Curitiba: Editora UFPR.
- Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FUMEC/FCH.
- Figueiredo, L. C. M. (2008). *Revisitando as psicologias: Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos* (4ª ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Figueiredo, L. C. M. (2012). *Matrizes do Pensamento Psicológico* (17ª ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Figueiredo, L. C. M. & Santi, P. L. R. de (2010). *Psicologia: uma (nova) introdução* (2ª ed.). São Paulo: EDUC.
- Filho, A. T. (2005). Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se encontram. *Cadernos Pagu*, 24, 127-152.
- Foucault, M. (2006). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (2006). *O interesse científico da Psicanálise*. Volume XIII. Rio de Janeiro: Editora Imago. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (2006). *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. Volume XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (2006). *Dois verbetes de enciclopédia*. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Editora Imago. (Original publicado em 1923).
- Freud, S. (2006). *Inibições, sintomas e ansiedade*. Volume XX. Rio de Janeiro: Editora Imago. (Original publicado em 1926).
- Freud, S. (2006). *O Mal-estar na civilização*. Volume XXI. Rio de Janeiro: Editora Imago. (Original publicado em 1930).
- Freud, S. (2006). *Porque a guerra? (Einstein e Freud)*. Volume XXII. Rio de Janeiro: Editora Imago. (Original publicado em 1933).



- Fundação Perseu Abramo. (2001). *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Fundação Perseu Abramo. (2010). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Furtado, O. (2003). Psicologia para fazer crítica, a crítica para fazer a Psicologia. In A. M. B. Bock (Eds). *Psicologia e compromisso social* (pp.241-254). São Paulo: Cortez Editora.
- Galinkin, A. L.; Santos, C. & Zauli-Fellows, A. (2010). Estudos de Gênero da Psicologia Social. In A. L. Galinkin & C. Santos (Eds) *Gênero e Psicologia Social: interfaces* (pp.17-29). Brasília: Techonopolitk.
- Gelly, R. (1994). Aspectos teóricos do Movimento Balint. In A. Missenard et al. (Eds). *A experiência Balint: história e atualidade* (pp. 23-52). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gonçalves, M. da G. M. (2010). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson.
- González Rey, F. (2007). *Psicoterapia, Subjetividade, Pós-Modernidade: Uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson.
- Guerra, A. M. C. (2010). Psicanálise e produção científica. In F. K. Neto & J. O. Moreira (Eds.). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade* (pp. 130-143). Barbacena-MG: EdUEMG.
- Guimarães, F. (2009). “*Mas ele diz que me ama...*”: *impacto da história de uma vítima na vivência de violência conjugal de outras vítimas*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília.
- Guzzo, R. S. L. & Lacerda Jr., F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, 41 (2), 231-240.
- Hanada, H., D’Oliveira, A. F. P. L. & Schraiber, L. B. (2010). Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. *Revista Estudos Feministas*, 18 (1), 33-60.
- Lago, M. C. de S.; Ramos, M. E. & Bragagnolo, R. I. (2010). Enfrentamento da violência doméstica e familiar na legislação brasileira: Lei Maria da Penha. In M. J. F. Toneli; M. C. da S. Lago; A. Beiras; D. de A. Climaco. *Atendimento a homens autores*

- de violência contra as mulheres: experiências latino-americanas* (pp. 25-47). Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE.
- Lei nº 11.340, de 7 agosto de 2006 (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)
- Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995 (1995). Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm)
- Lisboa, F. S. & Barbosa, A. J. G. (2009). Formação em psicologia no Brasil: Um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29, 718-737.
- Lobo, T. D. de M.; Almeida, T. M. C. de; & Brasil, K. T. (2010). A percepção de profissionais de enfermagem sobre o sofrimento psíquico de mulheres em situação de violência. In C. Stevens; K. C. T. Brasil; T. M. C. de Almeida & V. Zanello (Eds.). *Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares* (pp. 375-392). Brasília, DF: Editora Exlibris.
- Louis, M. (2006). Diga-me: o que significa gênero?. *Sociedade e Estado*, 21 (3),711-724.
- Loureiro, C. F. B. & Viegas, A. (2012). Algumas considerações sobre as influências do Marxismo na Teoria da Complexidade de Edgar Morin: aportes para a pesquisa em Educação Ambiental. *Ambiente e Educação*, 17, n. 2.
- Machado, C. (2004). Intervenção psicológica com vítimas de crimes: Dilemas teóricos, técnicos e emocionais. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 4, 399-411.
- Machado, L. Z. (1998). Gênero: um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, 11, pp. 107-125
- Machado, L. Z. (2000). Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *Série Antropologia*, 284. Brasília-DF.
- Machado, L. Z. (2002). *Atender vítimas, criminalizar violência. Dilemas das delegacias da mulher*. Brasília: Série Antropologia.
- Machado, L. Z. (2004). Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In M. R. Schpun (Eds.). *Masculinidades* (pp. 35-78). São Paulo: Boitempo Editorial & Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Maluschke, G.; Bucher-Maluschke, J.S.N.F & Hermanns, K. (2004). Apresentação. In G. Maluschke, J. S. F. N. Bucher-Maluschke & K. Hermanns (Eds.). *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática* (pp. 15-18). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- Martins, L. M. (2007) *A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano*. Campinas-SP: Autores Associados.

- Marx, K. & Engels, F. (2006). *A ideologia alemã: Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista*. São Paulo: Ed. Martin Claret (Original publicado em 1932).
- Medrado, B. & Mélo, R. P. (2008). Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia e Sociedade*, 20, Edição Especial, pp. 78-86.
- Mello, S. L. de & Patto, M. H. S. (2008). Psicologia da violência ou violência da psicologia?. *Psicologia USP*, 19 (4), 591-594.
- Missenard, A. (1994). Médicos se formam: ensaio sobre o processo psíquico nos Grupos “Balint”. In: A. Missenard et al. (Eds). *A experiência Balint: história e atualidade* (pp. 171-186). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mitjans Martínez, A. (2003). Psicologia e compromisso social: desafio para a formação do psicólogo. In A. M. B. Bock (Eds). *Psicologia e compromisso social* (pp.143-162). São Paulo: Cortez Editora.
- Morin, E. (2002). *Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo*. Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2007). *Introdução ao Pensamento Complexo* (3ª ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. *Psico*, 38 (3), 216-223.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2007). Feminismo e Terapia: A terapia feminista da família – Por uma psicologia comprometida. *Psicologia Clínica*, 19 (2), 117-131.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (1979). *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*. Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>.
- Organização dos Estados Americanos (OEA). (1994) *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher*. Disponível em <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/A-61.htm>
- Pasinato, W. (2010). Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?. *Civitas*, 10 (2), 216-232.
- Pechberty, B. (2007). O debate entre o cuidado e a educação: Práticas clínicas atuais. *Estilos da Clínica*, XII (22), 14-25.
- Peixoto Junior, C. A. (2013). *Michael Balint: a originalidade de uma trajetória psicanalítica*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Penso, M. A.; Brandão, P. L. & Almeida, T. M. C. de (2010). Repercussões do atendimento a mulheres em situação de violência na vida de profissionais da saúde. In A. M. Mendes; A. R. C. Merlo; C. F. Morrone & E. P. Facas (Eds.). *Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros*. Curitiba: Editora Juruá.

- Pedroza, R. L. S. (2003). *A psicologia na formação do professor: uma pesquisa sobre o desenvolvimento pessoal de professores do ensino fundamental* (Tese de Doutorado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília.
- Pedroza, R. L. S. (2010). Psicanálise e Educação: análise das práticas pedagógicas e formação do professor. *Psicologia Educacional*, 30, 81-96.
- Piva, A.; Severo, A. & Dariano, J. (2007). Poder e Violência – Formas de Subjetivação e Des subjetivação. *Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, 2, pp. 63-77.
- Pollo, V. & Chiabi, S. (2013). A angústia: conceito e fenômenos. *Revista de Psicologia, Fortaleza*, 4 (1), 137-154.
- Porto, M. & Bucher-Maluske, J. S. N. F. (2012). Atendimento psicológico e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 24 (3), 567-576.
- Pulino, L. H. C. Z. (2010). Filosofia, pedagogia e psicologia: a formação de professores e a ética do cuidado de si. In W. O. Kohan (Eds.). *Devir-criança da filosofia* (pp.153-164). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Ravazzola, C. (2003). *Historia infames: los maltratos en las relaciones* (1ª ed. 2º reimp.). Buenos Aires: Paidós.
- Ribeiro, R. & Costa, L. 2007. As emoções do profissional psicossocial frente à situação de abuso sexual infantil. *Estilos da Clínica*, XII (23), 130-147.
- Reis, R. H. dos (2011) *A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Rodrigues, C. (2005). Butler e a desconstrução do gênero. *Estudos feministas*, 13 (1), 179-199.
- Rodrigues, M. L. (2002). Pretexto – Derivações sobre o Marxismo. In E. M. *Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo* (pp. 7-11). Porto Alegre: Sulina.
- Saffioti, H. I. B. (1994). Posfácio: conceituando gênero. In H. I. B. Saffioti & M. Muñoz-Vargas (Eds.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, DF: Unicef.
- Saffioti, H. (1999a). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13 (4).
- Saffioti, H. I. B. (1999b). Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, 12, 157-163.
- Santos, G. C. V. dos; Kienen, N.; Viecili, J.; Botomé, S. P & Kubo, O. M. (2009). “Habilidades” e “competências” a desenvolver na capacitação de psicólogos: Uma contribuição da Análise do Comportamento para o exame das Diretrizes Curriculares. *Interação em Psicologia*, 13, 131-145.
- Sarti, C. A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, 12 (2), 35-50.

- Scott, J. (1990). *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania, Recife. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen\\_categoria.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html).
- Secretaria de Políticas para as Mulheres, SPM (2011) *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: SPM, Presidência da República.
- Segato, R. L. (2011). Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In K. Bidaseca; V. V. Laba (Eds.). *Feminismos y Poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*, Buenos Aires: Ed. Godot.
- Senado Federal (2012). *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência*. Brasília: Senado Federal.
- Silva, A. C. L. F. (2008). Reflexões sobre o paradigma pós-modernos e os estudos históricos de gênero. *Brathair*, 8 (2), 75-84.
- Soihet, R. (1997). Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Revista Estudos Feministas*, 5 (1), 7-29.
- Soihet, R. (2002). Formas de violência, relações de gênero e feminismo. *Niterói*, 2, (2), 7-26.
- Sluzki, C E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vygotski, L. S. (1983). *Obras escogidas III*. Madrid: Visor Distribuciones. (Original publicado em 1931).
- Vygotsky, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 71, 21-44.
- Toneli, M. J. F.; Lago, M. C. de S.; Beiras, A. & Clímaco, D. A. (Eds.) (2010) *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE.
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da Violência- Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso e CEBELA.
- Walker, L. (2009). *The battered woman syndrome*. New York: Springer Publishing Company: 3rd Edition.
- Wallon, H. (1995). *As origens do caráter na criança*. São Paulo: Nova Alexandrina (Original publicado em 1949)
- Xavier, D. C. M. & Oliveira, L. C. de (2010). *Lei Maria da Penha e Políticas Públicas:*

os Serviços de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal a partir da experiência do SERAV. In I. Ghesti-Galvão & E. C. B. Roque (eds.). *Aplicação da Lei em uma perspectiva interprofissional: Direito, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Ciências Sociais na Prática Jurisdicional*. (pp. 443-455). Rio de Janeiro: Ed. Lumens Juris.

**ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas**

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS / UNIVERSIDADE  
DE BRASÍLIA / CAMPUS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Lidando com a Violência Doméstica contra a mulher: a formação da pessoa do/a psicólogo/a.

**Pesquisador:** Maisa Campos Guimarães

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 13376913.6.0000.5540

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia -UNB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 222.679

**Data da Relatoria:** 01/03/2013

**Apresentação do Projeto:**

O presente projeto de Mestrado, busca conhecer como tem sido a formação profissional e pessoal de psicólogos/as que trabalham com questões relacionadas a violência doméstica contra a mulher. Serão realizados 5 encontros com grupos de no máximo 12 profissionais ( psicólogos) que atuam no Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência (SERAV) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Serão trabalhados temas para identificar, a partir da escuta dos profissionais, desafios e especificidades de sua prática e de sua formação pessoal e profissional. A partir desta problematização, é possível questionar se a formação desses profissionais tem sido vista apenas como capacitações técnicas ou tem-se enfatizado também o desenvolvimento de recursos de personalidade para a atuação nesta temática.

**Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo geral é fazer uma análise das práticas profissionais de psicólogos/as que atuam no atendimento a pessoas envolvidas em situações de violência doméstica contra a mulher, para compreender e propor uma formação profissional que enfatize o cuidado com a formação da pessoa do/a psicólogo/a.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisa não implica risco para os profissionais/sujeitos de pesquisa.

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC º ALA NORTE º MEZANINO º SALA B1 º 606 (MINHOÇÃO)  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

INSTITUTO DE CIENCIAS  
HUMANAS / UNIVERSIDADE  
DE BRASÍLIA / CAMPUS



**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisadora apresenta toda documentação necessária a garantia de manter os aspectos éticos da pesquisa. Cronograma também adequado.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos apresentados estão adequados e não necessitam de ajustes.

**Recomendações:**

Nenhuma recomendação.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Nenhuma pendência.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

BRASILIA, 19 de Março de 2013

---

**Assinador por:**  
**Debora Diniz Rodrigues**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC 2 ALA NORTE 2 MEZANINO 2 SALA B1 2 606 (MINHOCÃO)  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br



## **ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Aos/às psicólogos/as do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT),

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa “Lidando com a violência doméstica contra a mulher: a formação da pessoa do/a psicólogo/a”, de responsabilidade de Maisa Campos Guimarães, aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Saúde, no Instituto de Psicologia na Universidade de Brasília sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Lucia Sucupira Pedroza.

O objetivo desta pesquisa é compreender a formação pessoal e profissional de psicólogos/as que trabalham com questões relacionadas à violência doméstica contra a mulher. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A construção dos momentos empíricos será realizada por meio de cinco encontros em grupo que serão coordenados por mim e posteriormente registrados em um diário de bordo de pesquisa. Com o seu consentimento, os encontros terão os áudios gravados que serão transcritos posteriormente pela pesquisadora. É para estes encontros em grupo que você está sendo convidado a participar.

Espera-se com esta pesquisa proporcionar aos sujeitos participantes um espaço de fala e de escuta sobre suas experiências profissionais e as repercussões destas em sua vida pessoal e profissional. Além do mais, os resultados obtidos por meio deste estudo poderão contribuir para delineamentos teórico-práticos a cerca da formação profissional e pessoal de psicólogos/as que atuam com a problemática da violência contra a mulher.

Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco, é voluntária e, portanto, não envolve remuneração ou benefício. Você é livre para recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou penalidade.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61)9666-5664 ou pelo e-mail [maisa.c.guimaraes@gmail.com](mailto:maisa.c.guimaraes@gmail.com). A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de um encontro da pesquisadora com os sujeitos participantes para exposição e discussão do estudo, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep\_ih@unb.br. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que aceito participar voluntariamente desta pesquisa. Afirmando ainda, que autorizo a utilização das informações prestadas por mim para este estudo.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

**Aviso aos náufragos**

Esta página, por exemplo,  
não nasceu para ser lida.  
Nasceu para ser pálida,  
um mero plágio da Ilíada,  
alguma coisa que cala,  
folha que volta pro galho,  
muito depois de caída.  
Nasceu para ser praia,  
quem sabe Andrômeda, Antártida  
Himalaia, sílaba sentida,  
nasceu para ser última  
a que não nasceu ainda.  
Palavras trazidas de longe  
pelas águas do Nilo,  
um dia, esta página, papiro,  
vai ter que ser traduzida,  
para o símbolo, para o sânscrito,  
para todos os dialetos da Índia,  
vai ter que dizer bom-dia  
ao que só se diz ao pé do ouvido,  
vai ter que ser a brusca pedra  
onde alguém deixou cair o vidro.  
Não é assim que é a vida?

Paulo Leminski